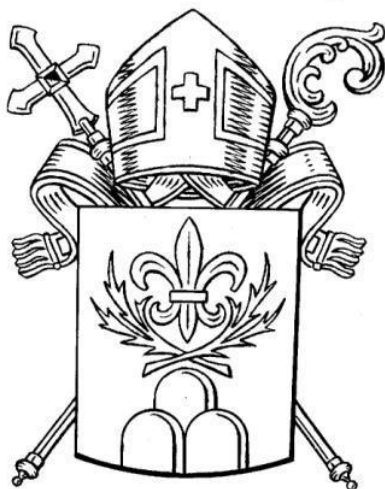


# Documentos Pontifícios sobre São José



## QUEMADMODUM DEUS

### **Decreto de S.S. o Papa Pio IX Proclamando São José como Patrono da Igreja À Cidade e ao Mundo**

Da mesma maneira que Deus havia constituído José, gerado do patriarca Jacó, superintendente de toda a terra do Egito para guardar o trigo para o povo, assim, chegando a plenitude dos tempos, estando para enviar à terra o seu Filho Unigênito Salvador do mundo, escolheu um outro José, do qual o primeiro era figura, o fez Senhor e Príncipe de sua casa e propriedade e o elegeu guarda dos seus tesouros mais preciosos.

De fato, ele teve como sua esposa a Imaculada Virgem Maria, da qual nasceu pelo Espírito Santo, Nosso Senhor Jesus Cristo, que perante os homens dignou-se ter sido considerado filho de José, e lhe foi submisso. E Aquele que tantos reis e profetas desejaram ver, José não só viu, mas com Ele conviveu e com paterno afeto abraçou e beijou; e além disso, nutriu cuidadosamente Aquele que o povo fiel comeria como pão descido dos céus para conseguir a vida eterna. Por esta sublime dignidade, que Deus conferiu a este fidelíssimo servo seu, a Igreja teve sempre em alta honra e glória o Beatíssimo José, depois da Virgem Mãe de Deus, sua esposa, implorando a sua intercessão em momentos difíceis.

E agora, nestes tempos tristíssimos em que a Igreja, atacada de todos os lados pelos inimigos, é de tal maneira oprimida pelos mais graves males, a tal ponto que homens ímpios pensam ter finalmente as portas do Inferno prevalecido sobre ela, é que os Veneráveis e Excelentíssimos Bispos de todo o mundo católico dirigiram ao Sumo Pontífice as suas súplicas e as dos fiéis por eles guiados, solicitando que se dignasse constituir São José como Patrono da Igreja Católica. Tendo depois no Sacro Concílio Ecumênico do Vaticano insistentemente renovado as suas solicitações e desejos, o Santíssimo Senhor Nosso Papa Pio IX, consternado pela recentíssima e funesta situação das coisas, para confiar a si mesmo e os fiéis ao potentíssimo patrocínio do Santo Patriarca José, quis satisfazer os desejos dos Excelentíssimos Bispos e solenemente declarou-o Patrono da Igreja Católica, ordenando que a sua festa, marcada em 19 de março, seja de agora em diante celebrada com rito duplo de primeira classe, porém sem oitava, por causa da Quaresma.

Além disso, ele mesmo dispôs que tal declaração, por meio do presente Decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, fosse tornada pública neste santo dia da Imaculada Virgem Maria, Mãe de Deus e Esposa do castíssimo José.

Rejeite-se qualquer coisa em contrário.

**08 de dezembro de 1870.**

**Cardeal Patrizi,**

**Prefeito da Sagrada Congregação dos Ritos, Bispo de Ostia e Velletri.**

## INCLYTUM PATRIARCHAM

### **Carta Apostólica de S.S. o Papa Pio IX Concedendo as prerrogativas litúrgicas dos Patriarcas às festas de São José**

Para Perpétua Memória

Com justiça a Igreja Católica segue com um culto sempre mais difundido e venera com mais íntimo afeto o insigne patriarca, o Bem-aventurado José, coroado de glória e de honra no céu, que Deus Onipotente, entre todos os seus santos, quis como puríssimo e verdadeiro esposo da Imaculada Virgem Maria e pai putativo de seu Filho Unigênito, e a fim de que cumprisse com fidelidade uma obra tão sublime, fortaleceu-o e enriqueceu-o abundantemente com graças especiais.

Por isso, os Romanos Pontífices nossos predecessores, para aumentar cada vez mais e para estimular mais ardentemente nos corações dos fiéis a devoção e o respeito para com o santo patriarca José, e para exortá-los a implorar com suma confiança a sua intercessão junto a Deus, não perderam nenhuma ocasião para dirigir-lhe sempre novas e maiores expressões de culto público. Entre elas, basta recordar os nossos predecessores de feliz memória: Sisto IV, que quis que fosse inserida no Breviário e no Missal Romano a festa de São José; Gregório XV, que com o decreto de 08 de maio de 1612 prescreveu celebrar a festa com rito duplo de preceito em todo o mundo; Clemente X, que em 06 de dezembro de 1714 adornou a referida festa com missa e ofício inteiramente próprios; e finalmente Bento XIII, que com decreto publicado em 19 de dezembro de 1726 ordenou que fosse acrescentado o nome do santo Patriarca na Ladainha dos Santos.

E nós mesmos, depois que por misteriosos desígnios de Deus fomos elevados à suprema cátedra de Pedro, movidos seja pelos exemplos dos nossos ilustres Predecessores, seja pela particular devoção que nutrimos desde a juventude para com o santo Patriarca, com o decreto de 10 de setembro de 1847, com grande júbilo nosso, ampliamos a festa de seu patrocínio com rito duplo de segunda classe em toda a Igreja, como já se celebrava por indulto especial desta Santa Sé em muitos lugares.

Na verdade, nestes últimos tempos, nos quais uma feroz e terrível guerra foi declarada contra a Igreja de Cristo, a devoção dos fiéis para com São José cresceu e aumentou tanto, que de toda parte chegaram até Nós inumeráveis e ardentíssimos pedidos, renovados ultimamente enquanto acontecia o Concílio Ecumênico do Vaticano, por todas as classes de fiéis e, o que mais conta, de muitos Veneráveis Irmãos Cardeais e Bispos: estes solicitaram com insistência que, a fim de inovar com mais eficácia a misericórdia de Deus pelos méritos e pela intercessão de São José para afastar nestes tempos funestos todos os males que nos perturbam de todos os lados, o declarássemos Patrono da Igreja Católica.

Nós, portanto, movidos por estes pedidos, e invocada a proteção divina, decidimos acolher tantos e piedosos desejos, e com um particular Decreto da nossa Sagrada Congregação dos Ritos, que ordenamos fosse publicado durante a missa solene em nossas basílicas patriarcais Lateranense, Vaticana e Liberiana no dia 08 de dezembro do passado ano de 1870, dedicado à Imaculada Conceição de sua Esposa, declaramos solenemente o Bem-aventurado José "*Patrono da Igreja Católica*", e ordenamos que a sua festa de 19 de março, dupla de primeira classe, todavia sem oitava por causa da Quaresma, fosse celebrada no mundo inteiro.

E dado que consideramos justo que depois da nossa declaração do Santo Patriarca como Patrono da Igreja Católica lhe sejam tributadas no culto público eclesiástico todas e cada uma das prerrogativas de honra que segundo as rubricas gerais do Breviário e do Missal Romano cabem aos principais santos patronos, e de acordo com os veneráveis Nossos Irmãos Cardeais da Santa Igreja Romana, encarregados de guardar os sagrados ritos, Nós, renovando, confirmando e também ampliando com a presente Carta nossa a predita disposição daquele Decreto, ordenamos ainda e acrescentamos o que segue:

Desejamos que na festa natal de São José e na de seu Patrocínio, também se caírem fora do domingo, seja sempre acrescentado na missa o Símbolo, isto é, o "*Creio*".

Além disso, desejamos que na oração "*a cunctis*", quando se deva recitar, seja sempre acrescentada, depois da invocação à Bem-aventurada Virgem Maria e antes de qualquer Santo Patrono, exceto os Anjos e São João Batista, a homenagem a São José, com estas palavras: "*cum Beato Joseph*".

Finalmente, desejamos que, mantida a mesma ordem na homenagem aos santos, quando for prescrito pelas rubricas, seja acrescentada a seguinte comemoração em honra de São José:

Antífona das Vésperas:

- Eis o servo bom e fiel, a quem o Senhor confiou a sua família.
- Haverá glória e riqueza em sua casa.
- Permanece para sempre sua justiça.

Antífona das Laudes:

- Ao começar seu ministério, Jesus tinha mais ou menos 30 anos e era considerado como filho de José.
- A boca do justo se expressará com sabedoria.
- E a sua língua falará a justiça.

**Oração:**

Ó Deus, que em vossa inefável providência vos dignastes escolher o Bem-aventurado José para esposo de vossa Mãe Santíssima, vô-lo pedimos que venerando-o na terra como protetor, mereçamos tê-lo no céu como intercessor.

(...)

Dado em Roma, junto de São Pedro, sob o anel do Pescador, em 07 de julho de 1871, 26º ano de nosso pontificado.

**Pio IX**

## QUAMQUAM PLURIES

### **Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII**

Aos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, Bispos e outros Ordinários locais que estão em paz e comunhão com a Sé Apostólica, sobre a necessidade de se recorrer ao Patrocínio de São José, junto ao da Virgem Mãe de Deus, nas dificuldades dos tempos atuais.

Ainda que por diversas vezes já tenhamos suplicado que se fizessem em todo o mundo orações especiais e se recomendassem vivamente a Deus os interesses da Igreja, todavia ninguém fique admirado se de novo sentimos a necessidade de inculcar o mesmo dever.

Em tempos difíceis, especialmente quando o poder das trevas parece tentar de tudo em dano da cristandade, a Igreja costuma invocar humildemente a Deus, seu autor e protetor, com novo fervor e maior perseverança, bem como solicitar a mediação dos santos em cujo patrocínio tem mais confiança de encontrar socorro, em primeiro lugar a bem-aventurada Virgem Mãe de Deus, bem sabendo que os frutos desta piedosa oração e desta esperança cedo ou tarde aparecerão.

Agora bem notais, Veneráveis Irmãos, que os tempos atuais não são menos difíceis do que aquele que a Igreja teve que enfrentar no passado. Vemos, de fato, vir diminuída em muitos a fé, que é o princípio de todas as virtudes cristãs, esfriar-se a caridade e as novas gerações degradar-se nas ideias e na conduta. Vemos a luta que de toda parte se faz à Igreja de Cristo com violenta perfídia; a guerra atroz contra o papado e as tentativas sempre mais declaradas de se derrubar os próprios fundamentos da religião. Até que ponto tenham chegado e quanto ainda estejam tramando os inimigos, é tão claro e evidente que se torna inútil gastar palavras.

Em uma situação tão difícil e angustiante, na qual os males superam em muito os remédios humanos, não nos resta outra coisa senão recorrer à potência divina. Por esta razão, julgamos oportuno estimular o povo cristão a pedir o socorro de Deus onipotente com renovado fervor e inabalável confiança.

Aproxima-se o mês de outubro, por Nós já consagrado à Virgem do Rosário. De todo o coração vos pedimos que ele seja celebrado, este ano, com a maior devoção, piedade e participação possível. Sabemos poder encontrar na materna bondade da Virgem um pronto refúgio em todos os nossos males, e estamos certos de que não serão vãs as nossas esperanças junto a ela. Se no passado nos foi propícia em toda necessidade, por que não haveria de renovar os exemplos do seu poder e da sua graça também no presente, se soubermos invocá-la juntos, com oração humilde e perseverante? Nós, antes, estamos certos de que tanto mais nos assistirá, quanto mais longamente quer ser por nós invocada. Mas esta é uma outra iniciativa que Nós propomos e à qual, Veneráveis Irmãos, prestareis, como sempre, a vossa diligente colaboração.

Para fazer com que Deus seja mais favorável às nossas orações, e para que - entre tantos intercessores que podem ser invocados - derrame mais pronta e copiosamente auxílio à sua Igreja, cremos muito útil que o povo cristão habitue-se a rogar com devoção e confiança, juntamente com a Virgem Mãe de Deus, também o seu castíssimo esposo São José. E temos bons motivos para crer que isto será particularmente agradável à Virgem Santa.

Sobre este tema que pela primeira vez nos propomos a tratar publicamente, sabemos que a devoção popular é não só propensa por natureza, mas também já está bastante avançada. E, de fato, vimos um grande progresso no culto a São José, anteriormente promovido pelo zelo dos Sumos Pontífices, depois estendido a todo o mundo, especialmente quando Pio IX, Nosso Predecessor de feliz memória, a pedido de muitíssimos bispos, declarou o Santo Patriarca, Patrono da Igreja Universal. Todavia, por ser muito importante que o seu culto penetre profundamente nas

instituições católicas e nos costumes, queremos que o povo cristão receba da Nossa própria voz e autoridade todo o incentivo possível.

As razões pelas quais São José deve ser tido como Patrono da Igreja - e a Igreja por sua vez espera muitíssimo da Sua especial proteção - residem sobretudo no fato que ele é esposo de Maria e pai putativo de Jesus Cristo. Daqui derivam toda a sua grandeza, graça, santidade e glória.

Sabemos que a dignidade da Mãe de Deus é altíssima e que não pode haver uma maior. Mas dado que entre a beatíssima Mãe de Deus e São José existe um verdadeiro vínculo matrimonial, é também certo que São José, mais que qualquer outro, se aproximou daquela altíssima dignidade que faz da Mãe de Deus a criatura mais excelsa. De fato, o matrimônio constitui por si mesmo a forma mais nobre de sociedade e de amizade, e traz consigo a comunhão dos bens. Portanto, se Deus deu José como esposo a Maria, deu-o não só como companheiro de sua vida, testemunha de sua virgindade e tutor da sua pureza, mas também como participante - por força do vínculo conjugal - da excelsa dignidade da qual ela foi adornada. Além disso, ele eleva-se entre todos em dignidade também porque, por vontade de Deus, foi guarda e, na opinião de todos, pai do Filho de Deus. Em consequência, o Verbo de Deus foi humildemente submisso a José, obedeceu-lhe e prestou-lhe a honra e o respeito que o filho deve ao seu pai.

Ora, desta dupla dignidade derivaram espontaneamente os deveres que a natureza impõe aos pais de família; assim, pois, São José foi guarda legítimo e natural da Santa Família, e ao mesmo tempo seu chefe e defensor, exercendo estes ofícios até o fim de sua vida.

Foi ele, de fato, que guardou com sumo amor e contínua vigilância a sua esposa e o Filho divino; foi ele que proveu o seu sustento com o trabalho; ele que os afastou do perigo a que os expunha o ódio de um rei, levando-o a salvo para fora da pátria, e nos desconfortos das viagens e nas dificuldades do exílio foi de Jesus e Maria companheiro inseparável, socorro e conforto.

Pois bem: a Sagrada Família, que José governou com autoridade de pai, era o berço da Igreja nascente. A Virgem Santíssima, de fato, enquanto Mãe de Jesus, é também mãe de todos os cristãos, por Ela gerados em meio às dores do Redentor no Calvário. E Jesus é, de alguma maneira, como o primogênito dos cristãos, que por adoção e pela redenção lhe são irmãos.

Disto deriva que São José considera como confiada a Ele próprio a multidão dos cristãos que formam a Igreja, ou seja, a inumerável família dispersa pelo mundo, sobre a qual Ele, como esposo de Maria e pai putativo de Jesus, tem uma autoridade semelhante a de um pai. É, portanto, justo e digno de São José, que assim como ele guardou no seu tempo a família de Nazaré, também agora guarde e defenda com seu patrocínio a Igreja de Deus.

Tudo isto, Veneráveis Irmãos, encontra apoio - como bem o sabeis - no ensinamento de não poucos Padres da Igreja. De acordo nisto com a Sagrada Liturgia, eles entreviram no antigo José, filho do patriarca Jacó, a pessoa e a vocação do nosso [José]; e no esplendor que daquele emanava, viram simbolizada a grandeza e a glória do Guarda da Sagrada Família. De fato, além de terem ambos recebido - não sem significado - o mesmo nome, existe entre eles muitas outras e claras semelhanças, a Vós bem conhecidas.

Em primeiro lugar, o antigo José ganhou para si a benevolência de seu senhor de um modo todo singular; e depois conseguiu, graças ao seu zelo, que chovesse do céu toda a prosperidade e bênçãos sobre o seu patrão, de quem dirigiu a casa. E mais: por vontade do rei governou com plenos poderes todo o reino, e quando a carestia se tornou calamidade pública, foi ele quem alimentou os egípcios e os povos vizinhos com exemplar sagacidade, a ponto de ser merecidamente chamado pelo faraó de “salvador do mundo”.

Assim, no antigo patriarca é fácil de se ver a figura do nosso [José]. Como a antigo José foi a bênção para a casa de seu patrão e para todo o reino, assim o nosso José foi predestinado a guardar a cristandade e deve ser tido como defensor da Igreja, que efetivamente é a Casa do Senhor e o reino de Deus na terra.

Todos os cristãos, por isso, de quaisquer condições e estado, têm bons motivos para se confiarem e se abandonarem à amorosa proteção de São José.

Nele, os pais de família encontram o mais alto exemplo de paterna vigilância e providência; os cônjuges, o exemplo mais perfeito de amor, concórdia e fidelidade conjugal; os consagrados a Deus, o modelo e protetor da castidade virginal.

Volvendo o olhar à imagem de José, aprendam os nobres a conservar a sua dignidade também na desventura; os ricos descubram quais são os bens que na verdade é necessário buscar e guardar zelosamente. E enfim, os pobres, os operários e todos aqueles que pouco tiveram da sorte, têm um motivo a mais - e todo especial - de recorrer a José e de tomá-lo como exemplo: Ele, embora sendo de descendência régia, desposado com a mais excelsa entre as mulheres, e ter sido considerado como o pai do Filho de Deus, passou todavia sua vida no trabalho, provendo o necessário para si e para os seus, com a fadiga e a habilidade de suas mãos.

Entretanto, é bom refletir que não é verdade que a condição dos pobres seja degradante. O trabalho do operário, longe de ser desonroso, torna-se fonte de nobreza quando associado à virtude. José, contente do seu trabalho e do pouco que possuía, viveu com coragem e nobreza as angústias da vida, seguindo nisto o exemplo de Jesus, que embora sendo Senhor de tudo, fez-se servo de todos e não desdenhou abraçar voluntariamente a pobreza.

Estas considerações devem elevar o ânimo de quem é pobre e ganha o pão com seu trabalho, e fazê-lo raciocinar retamente. De fato, se é verdade que a justiça consente em poder libertar-se da pobreza e alcançar uma posição melhor, também é verdade que a ninguém é permitido, nem à razão, nem à justiça, subverter a ordem estabelecida por Deus. Antes, recorrer nestes casos à violência e tentar o caminho da sublevação e dos tumultos é uma escolha desesperada, que na maioria das vezes agrava os próprios males que se queria aliviar. Querendo, portanto, agir com prudência, os proletários não confiem tanto nas promessas dos violentos, mas antes no exemplo e no patrocínio de São José, e na caridade materna da Igreja, que a cada dia mais se preocupa pela sua situação.

Portanto, Veneráveis Irmãos, enquanto Nós esperamos muito da vossa autoridade e do vosso zelo de Pastores, e estamos certos de que as pessoas boas e piedosas farão ainda mais do que estamos solicitando, decretamos que por todo o mês de outubro se acrescente à recitação do Rosário - por Nós já prescrita em outra ocasião - a oração a São José que recebeis junto com esta Carta Encíclica, e que isto se repita todos os anos, perpetuamente.

Àqueles que devotamente recitarem esta oração, concedemos cada vez a indulgência de sete anos e outras tantas quarentenas.

É também útil e louvável que se consagre, como já se fez em muitos lugares, o mês de março ao Santo Patriarca, com exercícios diários de piedade em sua honra. Onde isto não for possível, faça-se ao menos antes da sua festa, no lugar principal, um tríduo preparatório de orações.

Recomendamos, além disso, aos fiéis daquelas nações nas quais o dia 19 de março, consagrado a São José, não esteja incluído entre as festas de preceito, que não deixem por quanto possível, de santificá-lo ao menos em particular, em honra do celeste Patrono, como um dia festivo.

Entretanto, Veneráveis Irmãos, como penhor de graças do céu e na Nossa benevolência, de todo o coração dispensamos no Senhor a Bênção Apostólica a Vós, ao Clero e aos vossos fiéis.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 15 de agosto de 1889, décimo segundo ano do Nosso Pontificado.

**Leão XIII**

### **Oração a São José**

A vós, São José, recorremos em nossa tribulação e, tendo implorado o auxílio de vossa santíssima esposa, cheios de confiança solicitamos também o vosso patrocínio.

Por esse laço sagrado de caridade que vos uniu à Virgem Imaculada Mãe de Deus, e pelo amor paternal que tivestes ao Menino Jesus, ardentemente vos suplicamos que lanceis um olhar favorável sobre a herança que Jesus Cristo conquistou com o seu sangue, e nos socorrais em nossas necessidades com o vosso auxílio e poder.

Protegei, ó guarda providente da Divina Família, o povo eleito de Jesus Cristo.

Afastai para longe de nós, ó pai amantíssimo, a peste do erro e do vício.

Assisti-nos do alto do céu, ó nosso fortíssimo sustentáculo, na luta contra o poder das trevas, e assim como outrora salvastes da morte a vida ameaçada do Menino Jesus, assim também defendei agora a Santa Igreja de Deus das ciladas do Inimigo e de toda adversidade.

Amparai a cada um de nós com o vosso constante patrocínio, a fim de que, a vosso exemplo e sustentados com o vosso auxílio, possamos viver virtuosamente, morrer piedosamente e obter no céu a eterna bem-aventurança.

Amém.

## **BONUM SANE**

### **Carta Encíclica de S.S. o Papa Bento XV (Motu Proprio) No Cinquentenário da Proclamação de São José como Patrono da Igreja Universal**

Foi uma coisa boa e salutar ao povo cristão que o nosso antecessor de imortal memória, Pio IX, tenha conferido ao castíssimo esposo da Virgem Maria e guarda do Verbo Encarnado, São José, o título de Patrono Universal da Igreja; e uma vez que este feliz acontecimento completará 50 anos em dezembro próximo, julgamos bastante útil e oportuno que ele seja dignamente celebrado em todo o mundo católico.

Se dermos uma olhada nestes últimos 50 anos, observamos um admirável reflorescimento de piedosas instituições, as quais atestam como o culto ao santíssimo Patriarca veio se desenvolvendo sempre mais entre os fiéis; depois, se considerarmos as hodiernas calamidades que afligem o gênero humano, parece ainda mais evidente a oportunidade de intensificar tal culto e de difundi-lo com maior força em meio ao povo cristão. De fato, após a terrível guerra, na nossa Encíclica “sobre a reconciliação da paz cristã”, indicamos o que faltava para restabelecer em todo lugar a tranquilidade da ordem, considerando particularmente as relações que decorrem entre os povos e entre os indivíduos no campo civil. Agora se faz necessário considerar uma outra causa de perturbação, muito mais profunda, que se aninha justamente no mais íntimo da sociedade humana: dado que o flagelo da guerra se abateu sobre as pessoas quando elas já estavam profundamente infectadas pelo naturalismo, isto é, por aquelas grande peste do século que, onde se enraíza, diminui o desejo dos bens celestes, apaga a chama da caridade divina e retira do homem a graça salvadora e elevadora de Cristo até que, tolhida dele a luz da fé e deixadas a ele as solitárias e corrompidas forças da natureza, o abandona à mercê das mais insanas paixões. E assim aconteceu que muitíssimos se dedicaram somente à conquista dos bens terrenos, e como já estava aguçada a contenda entre proletários e patrões, este ódio de classes aumentou ainda mais com a duração e atrocidade da guerra, a qual, se de um lado causou às massas um mal-estar econômico insuportável, por outro fez afluir às mãos de pouquíssimos, fortunas fabulosas.

Acrescente-se que a santidade da fé conjugal e o respeito à autoridade paterna foram por muitos, não pouco vulneradas por causa da guerra; seja porque a distância de um dos cônjuges diminuiu no outro o vínculo do dever, seja porque a ausência de um olho vigilante deu oportunidade à leviandade, especialmente feminina, de viver a seu bel-prazer e demasiadamente livre. Por isto, devemos constatar com verdadeira dor que agora os costumes públicos são bem mais depravados e corrompidos que antes, e que portanto a assim chamada “questão social” foi-se agravando a tal ponto de suscitar a ameaça de irreparáveis ruínas. De fato amadureceu nos desejos e nas expectativas de todos os sediciosos a chegada de uma certa república universal, a qual seria fundada sobre a igualdade absoluta entre os homens e sobre a comunhão dos bens, e na qual não haveria mais distinção alguma de nacionalidade, nem teria mais que reconhecer-se a autoridade do pai sobre os filhos, nem dos poderes públicos sobre os cidadãos, nem de Deus sobre os homens reunidos em sociedade civil. Coisas todas que, se por desventura se realizassem, dariam lugar a tremendas convulsões sociais, como aquela que no momento está desolando não pequena parte da Europa. E é justamente para se criar também entre os outros povos uma condição similar de coisas, que nós vemos as plebes serem estimuladas pelo furor audacioso de alguns, e acontecerem aqui e acolá ininterruptas e graves revoltas.

Nós, portanto, mais que todos preocupados com este rumo dos acontecimentos, não deixamos, quando houve ocasião, de recordar aos filhos da Igreja os seus deveres. Agora, pelo mesmo motivo, ou seja, para recordar o dever aos nossos fiéis que estão em toda parte e ganham o pão com o trabalho, e para conservá-los imunes do contágio do socialismo, o inimigo mais implacável dos princípios cristãos, Nós, com grande solicitude, propomos a eles de modo particular São José, para que o sigam como guia e o honrem como celeste Patrono. Ele de fato levou uma vida similar a deles, tanto é verdade que Jesus bendito, enquanto era o Unigênito do Pai Eterno, quis ser chamado “o Filho do carpinteiro”. Mas aquela sua humilde e pobre condição, de quais e quantas virtudes excelsas Ele soube adornar! Ou seja, virtudes que deviam resplandecer no esposo de Maria Imaculada e no pai putativo de Jesus Cristo. Por isso, na escola de São José, aprendam todos a considerar as coisas presentes, que passam, à luz das futuras, que permanecem para sempre; e, consolando as inevitáveis dificuldades da condição humana com a esperança dos bens celestes, a estes aspirem com todas as forças, resignados à vontade divina, sobriamente vivendo segundo os ditames da piedade e da justiça. Ao que diz respeito especialmente aos operários, nos agrada lembrar aqui as palavras que



proclamou em circunstância análoga o nosso predecessor de feliz memória Leão XIII, pois elas, ao nosso parecer, não poderiam ser mais oportunas: “Considerando estas coisas, os pobres, e quantos vivem com o fruto do trabalho, devem sentir-se animados por um sentimento superior de equidade, pois se a justiça permite-lhes elevar-se da indigência e de conseguir um melhor bem-estar, porém é proibido pela justiça e pela mesma razão de perturbar a ordem que foi constituída pela divina Providência. Aliás, é conselho insensato usar de violência e buscar melhorias através de revoltas e tumultos, os quais, na maioria das vezes, nada mais fazem que agravar ainda mais aquelas dificuldades que se desejam diminuir. Portanto, se os pobres querem agir sabiamente, não confiarão nas vãs promessas dos demagogos, mas sim no exemplo e no patrocínio de São José e na caridade materna da Igreja, a qual dia após dia tem por eles um zelo sempre maior” (*Carta Encíclica “Quamquam pluries”*).

Com o florescimento da devoção dos fiéis a São José, aumentará ao mesmo tempo, como necessária consequência, o culto à Sagrada Família de Nazaré, da qual ele foi o augusto chefe, brotando estas duas devoções uma da outra espontaneamente, dado que por São José nós vamos diretamente a Maria, e por Maria à fonte de toda santidade, Jesus Cristo, o qual consagrou as virtudes domésticas com a sua obediência para com São José e Maria. Nestes maravilhosos exemplos de virtude, Nós, pois, desejamos que as famílias cristãs se inspirem e completamente se renovem. E assim, dado que a família é o sustentáculo e a base da sociedade humana, fortalecendo a sociedade doméstica com a proteção da santa pureza, da fidelidade e da concórdia, com isso realmente um novo vigor, e diremos ainda, quase um novo sangue, circulará pelas veias da sociedade humana, que assim virá a ser vivificada pelas virtudes restauradoras de Jesus Cristo, e delas seguirá um alegre reflorescimento, não só dos costumes particulares, mas também das instituições públicas e privadas.

Nós, portanto, cheios de confiança no patrocínio Daquela à cuja próspera vigilância Deus agradou-se em confiar a guarda de seu Unigênito encarnado e da Virgem Santíssima, vivamente exortamos todos os Bispos do mundo católico, a fim de que, em tempos tão borrascosos para a Igreja, solicitem aos fiéis que implorem com maior empenho o válido auxílio de São José. E posto que diversos são os modos aprovados por esta Sé Apostólica com os quais se podem venerar o santo Patriarca, especialmente em todas as quartas-feiras do ano e durante todo o mês a ele consagrado, Nós queremos que, a critério de cada bispo, todas estas devoções, porquanto possível, sejam praticadas em todas as dioceses; mas, de modo particular, dado que ele é merecidamente tido como o mais eficaz protetor dos moribundos, tendo expirado com a assistência de Jesus e Maria, deverão cuidar os sagrados Pastores de inculcar e favorecer com todo o prestígio de sua autoridade aquelas piedosas associações que foram instituídas para suplicar a São José pelos moribundos, como aquela “da Boa Morte” e do “Trânsito de São José pelos agonizantes de cada dia”.

Para comemorar, pois, o supracitado Decreto Pontifício, ordenamos e impomos que dentro de um ano, a contar a partir de 8 de dezembro próximo, em todo o mundo católico seja celebrada em honra de São José, Patrono da Igreja Universal, uma solene função, como e quando julgar oportuno cada bispo; e a todos aqueles que a praticarem, Nós concedemos desde agora, nas condições habituais, a Indulgência Plenária.

Dado em Roma, junto de São Pedro, em 25 de julho de 1920  
Festa de São Tiago Apóstolo, no sexto ano de nosso pontificado.

**Bento XV**

## **LE VOCE CHE DA TUTTO**

### **Carta Apostólica de S.S. o Papa João XXIII. Devoção a São José, Padroeiro do Concílio Vaticano II.**

Aos Ordinários dos lugares e aos fiéis cristãos do mundo católico

Veneráveis Irmãos e caros filhos:

1. As vozes que de todos os pontos da terra chegam até Nós em expressão de feliz expectativa e de votos pelo feliz êxito do Concílio Ecumênico do Vaticano II, impelem cada vez mais Nosso espírito a tirar proveito da boa disposição de tantos corações simples e sinceros, desejosos, com amável espontaneidade, de implorar o auxílio celeste, aumento de fervor religioso e clareza de orientação prática para tudo quanto a celebração do Concílio supõe e nos promete como incremento da vida íntima e social da Igreja e renovação espiritual do mundo inteiro.

2. E eis que se apresenta a nós, qual uma aparição da nova primavera deste ano e no limiar da Sagrada Liturgia Pascal, a suave e amável figura de São José, o augusto esposo de Maria, tão caro ao íntimo das almas mais sensíveis aos atrativos do ascetismo cristão e de suas expressões de piedade religiosa, reservadas e modestas, mas tanto mais apreciadas e suaves.

3. No culto da Santa Igreja, Jesus, Verbo de Deus feito homem, teve logo uma adoração incommunicável como esplendor da natureza de Seu Pai, e irradiando-se na glória dos Santos. Maria, Sua Mãe, seguiu-O de perto desde os primeiros séculos, nas imagens das catacumbas e das basílicas, piedosamente veneradas: Santa Maria, Mãe de Deus. São José, pelo contrário, excetuando algum traço de sua figura, encontrado aqui e ali nos escritos dos Padres, permaneceu durante séculos e séculos em seu característico escondimento, um pouco como figura de ornamento no quadro da vida do Senhor. E foi necessário tempo até que seu culto passasse dos olhos aos corações dos fiéis e despertasse neles singular fervor de oração e abandono confiante. E estas foram as piedosas alegrias reservadas às efusões da época moderna: oh! quão abundantes e grandiosas! E temos particular alegria em colher daí uma observação tão característica quanto significativa.

São José na voz dos Papas dos cem últimos anos

4. Entre os diversos postulata que os Padres do Concílio Vaticano I, reunidos em Roma (1869-1870), apresentaram a Pio IX, os dois primeiros eram concernentes a São José. Antes de tudo, pedia-se que seu culto tivesse lugar mais elevado na Sagrada Liturgia; trazia a assinatura de 153 bispos. O outro, assinado por 43 Superiores Gerais de Ordens Religiosas, suplicava a solene proclamação de São José como Patrono da Igreja Universal (1).

#### **Pio IX**

5. Pio IX acolheu um e outro com alegria. Desde o início de seu pontificado (2) havia fixado a festa e a liturgia para o patrocínio de São José no III Domingo depois da Páscoa. Já em 1854, em vibrante e fervorosa alocução, indicara São José como a esperança mais segura da Igreja depois da Virgem Santíssima; e no dia 8 de dezembro de 1870, suspenso o Concílio Vaticano I pelos acontecimentos políticos, escolheu a feliz coincidência da festa da Imaculada Conceição para a proclamação mais solene e oficial de São José como patrono da Igreja Católica e para a elevação da festa de 19 de março a celebração de rito duplo de 1ª classe (3).

6. Foi - o daquele 8 de dezembro de 1870 - um breve, mas precioso e admirável Decreto "*Urbi et Orbi*", verdadeiramente digno do "*Ad perpetuam rei memoriam*", que abriu um veio de riquíssimas e preciosas inspirações aos Sucessores de Pio IX.

#### **Leão XIII**

7. Com efeito, eis que o imortal Leão XIII apresenta para a festa da Assunção de 1889, com a carta "*Quamquam pluries*" (4), o documento mais amplo e copioso até então publicado por um Papa, em honra do pai putativo de Jesus, elevado em sua luz característica de modelo dos pais de família e dos operários. Provém daí a bela oração: "A vós, São José", que encheu de tanta doçura nossa infância.

## S. Pio X

8. O Santo Pontífice Pio X acrescentou às expressões do Papa Leão XIII numerosas outras de devoção e de amor para com São José, acolhendo de bom grado a dedicatória que lhe foi feita de um tratado que ilustra seu culto (5), e multiplicando o tesouro das indulgências para a recitação das Ladainhas, tão caras e tão doces de dizer. Como estão bem expressos os termos dessa concessão! “O santíssimo senhor nosso Pio X engrandece o ínclito patriarca São José pai putativo, esposo puríssimo da Virgem mãe e poderoso patrono da Igreja católica junto de Deus” - e vede que delicadeza de sentimentos pessoais - “*cujo glorioso nome é aprendido desde o nascimento, e é envolvido de piedade e religião constante*” (6). E os termos com que anunciou os motivos dos novos favores concedidos: “para cultivar a São José, padroeiro da Igreja universal” (7).

## Bento XV

9. Ao desencadear-se a primeira grande guerra européia, quando os olhos de São Pio X se fecharam à vida terrestre, eis que aparecia providencialmente o Papa Bento XV, que atravessou qual um astro benéfico de consolação universal os anos dolorosos de 1914 a 1918. Também ele quis logo promover o culto do Santo Patriarca. Com efeito, é a ele que se deve a introdução de dois novos prefácios da Santa Missa: precisamente o de São José e o da Missa dos Fiéis Falecidos, associa com felicidade um e outro em dois decretos do mesmo dia, 9 de abril de 1919 (8), como a lembrar uma concomitância e fusão de dor e de conforto entre as duas famílias: a família celeste de Nazaré, da qual São José era o chefe legal, e a imensa família humana afligida por uma consternação universal pelas inúmeras vítimas da guerra devastadora. Que triste, mas também suave e feliz aproximação: Duma parte, São José e de outro o “*signifer sanctus Michael*” : ambos apresentando as almas dos falecidos ao Senhor “*na luz santa*”.

10. No ano seguinte - em 25 de julho de 1920 - o Papa Bento XV voltava a este assunto no cinquentenário, que então se esperava, da proclamação - já feita por Pio IX - de São José como Patrono da Igreja Católica; e voltava numa luz de doutrina teológica com o Motu proprio “*Bonum sane*” (9), todo impregnado de ternura e singular confiança. Oh! que belo iluminar-se da suave e benévola figura do Santo, que ele faz o povo cristão invocar para proteger a Igreja militante, no momento mesmo em que reflorescem suas melhores energias para a reconstrução espiritual e material, depois de tantas calamidades; e para reconforto de tantos milhões de vítimas humanas que jaziam às portas da morte e para as quais o Papa Bento XV queria pedir aos bispos e às numerosas associações piedosas espalhadas pelo mundo, a intervenção suplicante de suas orações a São José, padroeiro dos agonizantes.

## Pio XI e Pio XII

11. Seguindo a mesma linha de conselho da devoção fervorosa ao Santo Patriarca, os dois últimos Pontífices - Pio XI e Pio XII - ambos sempre de cara e venerável memória - se sucederam numa viva e edificante fidelidade de ensino, de exortação, de fervor.

12. Pelo menos quatro vezes, Pio XI, em solenes alocações relativas à glorificação de novos santos e, frequentemente, na ocorrência de 19 de março - por exemplo em 1928 (10); depois em 1935 e ainda em 1937 - aproveitou a ocasião para exaltar as diferentes luzes que ornaram a fisionomia espiritual do Guarda de Jesus, do castíssimo esposo de Maria, do piedoso e modesto operário de Nazaré, e do padroeiro da Igreja universal, poderoso escudo de defesa contra os esforços do ateísmo mundial que visa a desagregação das nações cristãs.

13. Também Pio XII tomou de seu Predecessor a nota fundamental no mesmo tom, em numerosas alocações, todas tão belas, vibrantes e felizes, como em 10 de abril de 1940 (11), quando convidava os jovens esposos a se colocarem sob o seguro e suave manto do Esposo de Maria; e em 1945 (12), quando convidava os membros da Associação Cristã dos Operários a honrá-lo como elevado exemplo e defensor invencível de suas falanges; e dez anos depois, em 1955 (13), quando anunciava a instituição da festa anual de São José Operário. Na realidade, esta festa, de instituição recentíssima, fixada a 1º de maio, veio suprimir a da 4ª-feira da segunda semana de Páscoa, enquanto a festa

tradicional de 19 de março marcará de agora em diante a data mais solene e definitiva do Patrocínio de São José sobre a Igreja universal.

14. O mesmo Santo Padre Pio XII quis ornar como que de preciosíssima coroa o peito de São José com uma fervorosa oração proposta à devoção dos sacerdotes e fiéis de todo o mundo, e cuja recitação enriqueceu de numerosas indulgências. Oração de caráter eminentemente profissional e social, como convém àqueles que estão sujeitos à lei do trabalho, que é para todos “lei de honra, de vida pacífica e santa, prelúdio da felicidade mortal”. Diz ela, entre outras coisas: “Permaneeci conosco, ó São José, nos nossos momentos de prosperidade, quando tudo nos convida a gozar honestamente dos frutos de nossas fadigas; mas, sobretudo, permaneeci conosco e sustentai-nos nas horas de tristeza quando parece que o céu quer fechar-se sobre nós e até os instrumentos de nosso trabalho vão escapar de nossas mãos” (14).

15. Veneráveis irmãos e caros filhos: pareceu-nos também oportuno propor estas notas de história e de piedade religiosa à devota atenção de vossas almas, educadas na delicadeza do sentir e do viver cristão e católico, precisamente nesta data de 19 de março, quando a festa de São José coincide com o início do tempo da Paixão e nos prepara para intenso contato com os mistérios mais emocionantes e salutareis da Sagrada Liturgia. As disposições que prescrevem o véu sobre as imagens do Crucifixo, de Maria e dos Santos durante as duas semanas de preparação da Páscoa, são convite a um recolhimento íntimo e sagrado, concernente às comunicações com o Senhor, por meio da oração que deve ser meditação e súplica assídua e ardente. O Senhor, a Virgem Santíssima e os Santos estão à espera de nossas confidências; e é bem natural que estas se refiram ao que corresponde melhor às solitudes da Igreja católica universal.

### **A espera do Concílio Ecumênico**

16. Ao centro destas solitudes e em lugar preeminente encontra-se sem dúvida o Concílio Vaticano, cuja expectativa está nos corações de todos os que crêem em Jesus Redentor, quer pertençam à nossa Mãe, a Igreja Católica, ou a alguma das diversas confissões que dela se separaram e nas quais, entretanto, muitos estão ansiosos por uma volta à unidade e à paz, segundo o ensino e a oração de Cristo ao Pai Celeste. É muito natural que esta evocação das palavras dos papas do último século sirva perfeitamente para suscitar a cooperação do mundo católico para o bom êxito do grande plano de ordem, de elevação espiritual e de paz, ao qual um concílio ecumênico é chamado.

### **O Concílio a serviço de todas as almas**

17. Tudo é grande e digno de consideração na Igreja, tal como Jesus a constituiu. Na celebração de um Concílio, reúnem-se em torno dos padres as personalidades mais notáveis do mundo eclesiástico, dotadas de altas qualidades de doutrina teológica e jurídica, de capacidade de organização, de elevado espírito apostólico. Eis o Concílio: o Papa no ápice e, em torno dele e com ele, os Cardeais, os Bispos de todos os ritos e de todos os países, os doutores e mestres mais competentes nos diversos graus de suas especializações.

18. Mas o Concílio é feito para todo o povo cristão que nele está interessado pela circulação mais perfeita da graça, de vitalidade cristã, que torna mais fácil e rápida a aquisição de bens verdadeiramente preciosos da vida presente e assegurem as riquezas dos séculos eternos.

19. Todos, por conseguinte, estão interessados pelo Concílio, eclesiásticos e leigos, grandes e pequenos de todas as partes do mundo, de todas as classes, de todas as raças, de todas as cores; e se um protetor celeste é indicado para conseguir do alto, em sua preparação e realização, aquele “poder divino” pela qual ele parece destinado a marcar época na história da Igreja contemporânea, a nenhum dos protetores celestes poderia ser mais bem confiado do que a São José, augusto chefe da Família de Nazaré e protetor da Santa Igreja.

20. Ouvindo de novo o eco das vozes dos Papas deste último século de nossa história, como Nos acontece, tocam ainda Nosso coração os acentos característicos de Pio XI, em razão também de sua maneira refletida e calma de exprimir-se. Temos ainda no ouvido um discurso pronunciado a 19 de

março de 1928, com uma alusão que ele não soube, não quis calar, em honra de São José, do caro e bendito São José, como gostava de saudá-lo.

21. “É sugestivo, dizia ele, observar de perto e, por assim dizer, ver brilhar, uma ao lado da outra, duas magníficas figuras que se acompanham no início da Igreja: primeiramente a de São João Batista, que surge do deserto, algumas vezes com voz forte e outras com pacífica doçura; às vezes como um leão que ruga e outras como o amigo que se alegra com a glória do esposo e oferece aos olhos do mundo o esplendor maravilhoso de seu martírio. Em seguida, a figura tão vigorosa de Pedro, que ouve do Divino Mestre as magníficas palavras: ‘Ide e pregai a todo o mundo’; e para ele, pessoalmente: ‘Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei minha Igreja’. Grande missão, divinamente faustosa e retumbante”.

22. Assim falava Pio XI. Prosseguia depois, e com quanta felicidade: “Entre estes dois grandes personagens, entre estas duas missões, eis que aparecem a pessoa e a missão de São José que, ao contrário, passam apagadas, silenciosas, como que despercebidas e ignoradas, na humildade, no silêncio, silêncio que não devia iluminar-se senão mais tarde, silêncio ao qual deveriam suceder, e muito alto, o grito, a voz, a glória nos séculos” (15).

23. Oh! a invocação, oh! o culto de São José para a proteção do II Concílio Ecumênico Vaticano.

Veneráveis irmãos e caríssimos filhos de Roma, irmãos e filhos muito amados do mundo inteiro. É a este ponto que desejamos vos conduzir, enviando-vos esta Carta Apostólica justamente no dia 19 de março, em que a celebração da festa de São José, Padroeiro da Igreja universal, podia servir às vossas almas de incentivo a uma renovação extraordinária de fervor para a participação, por meio de oração mais viva, ardente e contínua, nas solitudes da Santa Igreja, mãe e mestra, que ensina e dirige este acontecimento extraordinário do XXI Concílio Ecumênico, o Vaticano II, do qual toda a imprensa pública mundial se ocupa com vivo interesse e respeitosa atenção.

24. Bem sabeis que a primeira fase de organização do Concílio prossegue em atividade pacífica, laboriosa e consoladora. Por centenas, insignes prelados e eclesiásticos, vindos de todas as regiões do mundo, se sucedem aqui em Roma, distribuídos em diferentes seções bem organizadas, cada uma entregue ao seu trabalho particular, seguindo preciosas indicações contidas numa série de imponentes volumes que exprimem o pensamento, a experiência, as sugestões recolhidas pela inteligência, pela sabedoria, pelo vibrante fervor apostólico daquilo que constituiu a verdadeira riqueza da Igreja católica do passado, do presente e do futuro. O Concílio Ecumênico não pede para sua realização e seu êxito senão luz de verdade e de graça, disciplina de estudo e de silêncio, paz serena dos espíritos e dos corações. Isto de nossa parte humana. Vem do alto o auxílio celeste que o povo cristão deve implorar com sua viva cooperação pela oração, por um esforço de vida exemplar que seja antecipação e exemplo da disposição bem resolvida, da parte de cada um dos fiéis, de observar depois as instruções e as diretrizes que serão proclamadas na conclusão tão desejada do grande acontecimento, que já segue curso feliz e promissor.

25. Veneráveis Irmãos e caros filhos.

O luminoso pensamento do Papa Pio XI a 19 de março de 1928 segue-nos ainda. Aqui em Roma, a Sagrada Catedral de Latrão resplandece sempre na glória de São João Batista. Mas no maior templo de São Pedro, onde são veneradas preciosas lembranças de toda a Cristandade, há também um altar de São José; e desejamos e propomos na data de hoje, 19 de março de 1961, que o altar de São José seja revestido de novo esplendor, mais amplo e mais solene; e se torne um ponto de atração e de piedade religiosa para cada uma das almas e inumeráveis multidões. É sob as abóbadas celestiais da Basílica Vaticana que se reunirão em torno do Chefe da Igreja as falanges dos componentes do Colégio Apostólico vindos de todos os pontos do globo, mesmo os mais distantes, para o Concílio Ecumênico.

26. Ó São José! Aqui, aqui mesmo é vosso lugar de Protetor da Igreja Universal. Quisemos apresentar-vos, através das palavras e dos documentos de Nossos Predecessores imediatos dos últimos séculos - de Pio IX a Pio XII - uma coroa de honra, como eco dos testemunhos de afetuosa veneração que se eleva igualmente de todas as nações católicas e de todas as regiões missionárias. Sede sempre nosso protetor. Que vosso espírito interior de paz, de silêncio, de bom trabalho e de oração, a serviço da Santa Igreja, nos vivifique sempre e nos alegre em união com vossa santa

Esposa, nossa dulcíssima Mãe Imaculada, num fortíssimo e suave amor a Jesus, Rei glorioso e imortal dos séculos e dos povos. Assim seja.

Dado em Roma, junto de São Pedro, a 19 de março de 1961, terceiro ano de Nosso Pontificado.

**João XXIII**

NOTAS:

- 1) Acta et Decreta Sacrorum Conciliorum recentiorum, Collectio Lacensis, tomo VII, col. 856-857.
- 2) 10 de dezembro de 1847.
- 3) Decr. Quemadmodum Deus, de 08 de dezembro de 1870, Acta Pii IX, t.5, Roma 1873, p. 282.
- 4) Acta Leonis XIII, Roma 1890, pp.175-180.
- 5) Carta a R.P.A. Lépicier, OSM, de 12 de fevereiro de 1908; Acta Pii X, vol.5, Roma 1914, pp.168-169.
- 6) AAS 1 (1909), p.290.
- 7) Decr. S.Congr. dos Ritos, de 24 de julho de 1911; AAS III, 1911, p. 350.
- 8) AAS 11 (1919), pp. 190-191.
- 9) AAS 12 (1920), p. 313.
- 10) Discursos de Pio XI, SEI, vol I, 1922-1928, pp. 779-780.
- 11) Discursos e Radiomensagens de S.S.Pio XII, vol. II, pp. 65-69.
- 12) AAS 37 (1945), p. 72.
- 13) AAS 47 (1955), p. 406.
- 14) AAS 50 (1958), pp. 335-336.
- 15) Discursos de Pio XI, vol. I, p. 780.

## **REDEMPTORIS CUSTOS**

### **Exortação Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II Sobre a Figura e Missão de São José na Vida de Cristo e da Igreja.**

Aos Bispos, aos Sacerdotes e Diáconos, aos Religiosos e Religiosas e  
a todos os fiéis da Igreja Católica

#### **INTRODUÇÃO**

1. Chamado a proteger o Redentor, “José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa” (Mt 1,24).

Inspirando-se no Evangelho, os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, puseram em relevo que São José, assim como cuidou com amor de Maria e se dedicou com empenho jubiloso à educação de Jesus Cristo (1), assim também guarda e protege o seu Corpo místico, a Igreja, da qual a Virgem Santíssima é figura e modelo.

No centenário da publicação da Carta Encíclica “*Quamquam pluries*” do Papa Leão XIII (2) e na esteira da plurissecular veneração para com São José, desejo apresentar à vossa consideração, amados Irmãos e Irmãs, algumas reflexões sobre aquele a quem Deus “confiou a guarda dos seus tesouros mais preciosos” (3). É para mim uma alegria cumprir este dever pastoral, no intuito de que cresça em todos a devoção ao Patrono da Igreja universal e o amor ao Redentor, que ele serviu de maneira exemplar.

Desta forma, todo o povo cristão não só recorrerá a São José com maior fervor e invocará confiadamente o seu patrocínio, mas também terá sempre diante dos olhos o seu modo humilde e amadurecido de servir e de “participar” na economia da salvação (4).

Tenho para mim, efetivamente, que o fato de se considerar novamente a participação do Esposo de Maria no mistério divino permitirá à Igreja, na sua caminhada para o futuro juntamente com toda a humanidade, reencontrar continuamente a própria identidade, no âmbito deste desígnio redentor, que tem o seu fundamento no mistério da Encarnação.

Foi precisamente neste mistério que José de Nazaré “participou” como nenhuma outra pessoa humana, à exceção de Maria, a Mãe do Verbo Encarnado. Ele participou em tal mistério simultaneamente com Maria, envolvido na realidade do mesmo evento salvífico, e foi depositário do mesmo amor, em virtude do qual o eterno Pai “nos predestinou a sermos adotados como filhos, por intermédio de Jesus Cristo” (Ef 1,5).

#### **I. O CONTEXTO EVANGÉLICO**

##### **O Matrimônio com Maria**

2. “José, filho de Davi, não temas receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela foi gerado é obra do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1,20-21).

Nestas palavras está contido o núcleo central da verdade bíblica sobre São José; é o momento da sua existência ao qual se referem em particular os Padres da Igreja.

<http://alexandriacatolica.blogspot.com>

<http://almasdevotas.blogspot.com>

O evangelista São Mateus explica o significado deste momento, esboçando também a maneira como José o viveu. Todavia, para se compreender plenamente o seu conteúdo e o seu contexto, é importante ter presente a passagem paralela do Evangelho de São Lucas. Com efeito, a origem da gravidez de Maria, por “obra do Espírito Santo” - posta em relação com o versículo que diz “ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: Estando Maria, sua Mãe, desposada com José, antes de habitarem juntos, eis que ela concebeu por obra do Espírito Santo” (Mt 1,18) encontra uma descrição mais ampla e mais explícita naquilo que lemos em São Lucas sobre a anunciação do nascimento de Jesus: “O anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade de Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem chamado José, da casa de Davi. E o nome da virgem era Maria” (Lc 1,26-27). As palavras do anjo: “Salve, ó cheia de graça, o Senhor está contigo” (Lc 1,28) provocaram em Maria uma perturbação íntima e simultaneamente estimularam-na a refletir. Então, o mensageiro tranquilizou a Virgem e, ao mesmo tempo, revelou-lhe o desígnio especial de Deus a seu respeito: “Não tenhas medo, Maria, pois achaste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus. Ele será grande e será chamado Filho do Altíssimo. O Senhor Deus lhe dará o trono de Davi, seu pai” (Lc 1,30-32).

O Evangelista tinha afirmado, pouco antes, que, no momento da Anunciação, Maria estava desposada com um homem chamado José, da casa de Davi. A natureza destes esponsais é explicitada, indiretamente, quando Maria, depois de ter ouvido aquilo que o mensageiro dissera do nascimento do filho, pergunta: “Como se realizará isso, pois eu não conheço homem?” (Lc 1,34). E então é-lhe dada esta resposta: “O Espírito Santo descenderá sobre ti e a potência do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra. Por isso, aquele que vai nascer de ti será santo e será chamado ‘Filho de Deus’” (Lc 1,35). Maria, embora fosse já “desposada” com José, permanecerá virgem, pois o menino, nela concebido desde o momento da Anunciação, era concebido por obra do Espírito Santo.

Neste ponto o texto de São Lucas coincide com o texto de São Mateus (1,18) e serve-nos para explicar o que lemos neste último. Se, depois do desponsório com José, se verificou que Maria “tinha concebido por obra do Espírito Santo”, este fato corresponde a todo o conteúdo da Anunciação e, em particular, às últimas palavras pronunciadas por Maria: “Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38).

Correspondendo ao desígnio claro de Deus, Maria, com o passar dos dias e das semanas, manifesta-se, diante das pessoas que contactava e diante de José, como estando “grávida”, como mulher que deve dar à luz e que traz em si o mistério da maternidade.

3. Nestas circunstâncias, “José, seu esposo, sendo justo e não querendo difamá-la, resolveu abandoná-la em segredo” (Mt 1,19). Ele não sabia como comportar-se perante a “surpreendente” maternidade de Maria. Buscava, certamente, uma resposta para essa interrogação inquietante; mas procurava, sobretudo, uma maneira honrosa de sair daquela situação difícil para ele. Enquanto “pensava nisto, apareceu-lhe, em sonho, o anjo do Senhor, que lhe disse: ‘José, filho de Davi, não temas receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados’” (Mt 1, 20-21).

Existe uma estreita analogia entre a “Anunciação” do texto de São Mateus e a do texto de São Lucas. O mensageiro divino introduz José no mistério da maternidade de Maria. Aquela que, segundo a lei, é a sua “esposa”, permanecendo virgem, tornou-se mãe pela virtude do Espírito Santo. E quando o Filho que Maria traz no seio vier ao mundo há-de receber o nome de Jesus. Este nome era bem conhecido entre os Israelitas; e, por vezes, era por eles posto aos filhos. Neste caso, porém, trata-se de um Filho que - segundo a promessa divina - realizará plenamente o que este nome significa: Jesus - Yehosua, que quer dizer “Deus salva”.



O mensageiro dirige-se a José como “esposo de Maria”; dirige-se a quem, a seu tempo, deverá pôr tal nome ao Filho que vai nascer da Virgem de Nazaré, desposada com ele. Dirige-se a José, portanto, confiando-lhe os encargos de um pai terreno em relação ao Filho de Maria.

“Despertando do sono, José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa” (Mt 1,24).

Ele recebeu-a com todo o mistério da sua maternidade; recebeu-a com o Filho que havia de vir ao mundo, por obra do Espírito Santo: demonstrou deste modo uma disponibilidade de vontade, semelhante à disponibilidade de Maria, em ordem àquilo que Deus lhe pedia por meio do seu mensageiro.

## II. O DEPOSITÁRIO DO MISTÉRIO DE DEUS

4. Quando Maria, pouco tempo depois da Anunciação, se dirigiu a casa de Zacarias para visitar Isabel sua parente, ouviu, precisamente quando a saudava, as palavras pronunciadas pela mesma Isabel, “cheia do Espírito Santo” (cf. Lc 1,41). Para além das palavras que se relacionavam com a saudação do anjo na Anunciação, Isabel disse: “*Feliz daquela que acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor*” (Lc 1,45). Estas palavras constituíram o pensamento-guia da Encíclica *Redemptoris Mater*, com a qual tive a intenção de aprofundar o ensinamento do Concílio Vaticano II, quando afirma: “*A Bem-aventurada Virgem Maria arrancou no caminho da fé e conservou fielmente a união com seu Filho até à Cruz*” (5), “*indo adiante*” (6) de todos aqueles que, pela via da fé, seguem Cristo.

Ora ao iniciar-se esta peregrinação, a fé de Maria encontra-se com a fé de José. Se Isabel disse da Mãe do Redentor: “*Feliz daquela que acreditou*”, esta bem-aventurança pode, em certo sentido, ser referida também a José, porque, de modo análogo, ele respondeu afirmativamente à Palavra de Deus, quando esta lhe foi transmitida naquele momento decisivo. A bem da verdade, José não respondeu ao “*anúncio*” do anjo como Maria; mas “*fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa*”. “*obediência da fé*” (cf. Rm 1,5; 16,26; 2Cor 10,5-6). Isto que ele fez é puríssima

Pode dizer-se que aquilo que José fez o uniu, de uma maneira absolutamente especial, à fé de Maria: ele aceitou como verdade proveniente de Deus o que ela já tinha aceitado na Anunciação. O Concílio ensina: “*A Deus que revela é devida a ‘obediência da fé’ (...); pela fé, o homem entrega-se total e livremente a Deus, prestando-lhe ‘o obséquio pleno da inteligência e da vontade’ e dando voluntário assentimento à sua revelação*” (7). A frase acabada de citar, que diz respeito à própria essência da fé, aplica-se perfeitamente a José de Nazaré.

5. Ele tornou-se, portanto, um depositário singular do mistério “escondido desde todos os séculos em Deus” (cf. Ef 3,9), como se tornara Maria, naquele momento decisivo que é chamado pelo Apóstolo “plenitude dos tempos”, quando “Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher... para resgatar os que se encontravam sob o jugo da lei e para que recebêssemos a adoção de filhos” (Gl 4,4-5). “*Aprouve a Deus - ensina o Concílio - na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade* (cf. Ef 1,9), pelo qual os homens, através de Cristo, Verbo Encarnado, tem acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2,18; 2Pd 1,4)” (8).

Deste mistério divino, juntamente com Maria, José é o primeiro depositário. Simultaneamente com Maria - e também em relação com Maria - ele participa nesta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo; e nela participa desde o primeiro momento. Tendo diante dos olhos os textos de ambos os Evangelistas, São Mateus e São Lucas, pode também dizer-se que José foi o primeiro a

participar na mesma fé da Mãe de Deus e que, procedendo deste modo, ele dá apoio à sua esposa na fé na Anunciação divina. Ele é igualmente quem primeiro foi posto por Deus no caminho daquela “peregrinação da fé”, na qual Maria, sobretudo na altura do Calvário e do Pentecostes, irá adiante, de maneira perfeita (9).

6. A caminhada própria de José, a sua peregrinação da fé terminaria antes; ou seja, antes que Maria esteja de pé junto à Cruz no Gólgota e antes que Ela - tendo Cristo voltado para o seio do Pai se encontre no Cenáculo do Pentecostes, no dia da manifestação ao mundo da Igreja, nascida pelo poder do Espírito da verdade. E, contudo, a caminhada da fé de José seguiu a mesma direção, permaneceu totalmente determinada pelo mesmo mistério, de que ele, juntamente com Maria, se tinha tornado o primeiro depositário. A Encarnação e a Redenção constituem uma unidade orgânica e indissolúvel, na qual a “economia da Revelação se realiza por meio de ações e palavras, intimamente relacionadas entre si” (10). Precisamente por causa desta unidade, o Papa João XXIII, que tinha uma grande devoção para com São José, estabeleceu que no Cântone romano da Missa, memorial perpétuo da Redenção, fosse inserido o nome dele, ao lado do nome de Maria e antes dos Apóstolos, dos Sumos Pontífices e dos Mártires (11).

### **O Serviço da Paternidade**

7. Como se deduz dos textos evangélicos, o matrimônio com Maria é o fundamento jurídico da paternidade de José. Foi para garantir a proteção paterna a Jesus que Deus escolheu José como esposo de Maria. Por conseguinte, a paternidade de José - uma relação que o coloca o mais perto possível de Cristo, termo de toda e qualquer eleição e predestinação (cf. Rm 8,28-29) - passa através do matrimônio com Maria, ou seja, através da família.

Os Evangelistas, embora afirmem claramente que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo e que naquele matrimônio a virgindade foi preservada (cf. Mt 1,18-25; Lc 1,26-38), chamam a José esposo de Maria e a Maria esposa de José (cf. Mt 1,16.18-20; Lc 1,27; 2,5).

E também para a Igreja, se por um lado é importante professar a concepção virginal de Jesus, por outro, não é menos importante defender o matrimônio de Maria com José, porque é deste matrimônio que depende, juridicamente, a paternidade de José. Daqui se compreende a razão por que as gerações são enumeradas segundo a genealogia de José: “E porque não o deviam ser - pergunta-se Santo Agostinho - através de José? Não era porventura José o marido de Maria? (...). A Escritura afirma, por meio da autoridade angélica, que ele era o marido. Não temas, diz, receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo. E é-lhe mandado que imponha o nome ao menino, se bem que não seja nascido do seu sêmen. Aí se diz, ainda: Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus. A Escritura sabe que Jesus não nasceu do sêmen de José; e porque ele mostra preocupação quanto à origem da gravidez dela (Maria), é dito: provém do Espírito Santo. E todavia não lhe é tirada a autoridade paterna, uma vez que lhe é ordenado que seja ele a dar o nome ao menino. Por fim, também a própria Virgem Maria, bem consciente de não ter concebido Cristo da união conjugal com ele, chama-o apesar disso pai de Cristo” (12).

O filho de Maria é também filho de José, em virtude do vínculo matrimonial que os une: “Por motivo daquele matrimônio fiel, ambos mereceram ser chamados pais de Cristo, não apenas a Mãe, mas também aquele que era seu pai, do mesmo modo que era cônjuge da Mãe, uma e outra coisa por meio da mente e não da carne” (13). Neste matrimônio não faltou nenhum dos requisitos que o constituem: “Naqueles pais de Cristo realizaram-se todos os bens das núpcias: a prole, a fidelidade e o sacramento. Conhecemos a prole, que é o próprio Senhor Jesus; a fidelidade, porque não houve nenhum adultério; e o sacramento, porque não se deu nenhum divórcio” (14).

Analisando a natureza do matrimônio, quer Santo Agostinho, quer Santo Tomás de Aquino situam-na constantemente na “união indivisível dos ânimos”, na “união dos corações” e no “consenso” (15); elementos estes, que, naquele matrimônio, se verificaram de maneira exemplar. No momento culminante da história da salvação, quando Deus manifestou o seu amor pela humanidade, mediante o dom do Verbo, deu-se exatamente o matrimônio de Maria e José, em que se realizou com plena “liberdade” o “Dom sponsal de si” acolhendo e exprimindo um tal amor (16). “Nesta grandiosa empresa da renovação de todas as coisas em Cristo, o matrimônio, também ele renovado e purificado, torna-se uma realidade nova, um sacramento da Nova Aliança. E eis que no limiar do Novo Testamento, como já sucedera no princípio do Antigo, há um casal. Mas, enquanto o casal formado por Adão e Eva tinha sido a fonte do mal que inundou o mundo, o casal formado por José e Maria constitui o vértice, do qual se expande por toda a terra a santidade. O Salvador deu início à obra da salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua vontade onipotente de purificar e santificar a família, que é santuário do amor humano e berço da vida” (17).

Quantos ensinamentos promanam disto, ainda hoje, para a família! Uma vez que “a essência e as funções da família se definem, em última análise, pelo amor” e que à família “é confiada a missão de guardar, revelar e comunicar o amor, qual reflexo vivo e participação do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja sua Esposa” (18), é na Sagrada Família, nesta originária “Igreja doméstica” (19), que todas as famílias devem espelhar-se. Nela, efetivamente, “por um misterioso desígnio divino, viveu escondido durante longos anos o Filho de Deus: ela constitui, portanto, o protótipo e o exemplo de todas as famílias cristãs”. (20).

8. São José foi chamado por Deus para servir diretamente a Pessoa e a missão de Jesus, mediante o exercício da sua paternidade: desse modo, precisamente, ele “coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos” (21), e é verdadeiramente “ministro da salvação”. A sua paternidade expressou-se concretamente “em ter feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da Encarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor familiar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa” (22).

A Liturgia, ao recordar que foram confiados “à solícita guarda de São José, na aurora dos novos tempos, os mistérios da salvação” (23), esclarece também que ele “foi constituído por Deus chefe da sua Família, para que, servo fiel e prudente, guardasse com paterna solícitude o seu Filho unigênito” (24). O Papa Leão XIII realça a sublimidade desta missão: “Ele entre todos, impõe-se pela sua sublime dignidade, dado que, por disposição divina, foi guardião e, na opinião dos homens, pai do Filho de Deus. Daí se seguia, portanto, que o Verbo de Deus fosse submisso a José, lhe obedecesse e lhe prestasse aquela honra e aquela reverência, que os filhos devem aos próprios pais” (25).

E uma vez que não se pode conceber que a uma tarefa tão sublime não correspondessem as qualidades requeridas para a desempenhar adequadamente, importa reconhecer que José teve em relação a Jesus, “por especial dom do Céu, todo aquele amor natural e toda aquela solícitude afetuosa que o coração de um pai possa experimentar” (26).

Com a autoridade paterna sobre Jesus, Deus terá comunicado também a José o amor correspondente, aquele amor que tem a sua fonte no Pai “do qual toda a paternidade, nos céus e na terra, toma o nome” (Ef 3, 15).

Nos Evangelhos acha-se claramente exposto o múnus paterno de José para com Jesus. Com efeito, a salvação, que passa através da humanidade de Jesus, realiza-se nos gestos que fazem parte do quotidiano da vida familiar, respeitando aquela “condescendência” que é inerente à economia da Encarnação. Os Evangelistas estiveram muito atentos ao fato de que na vida de Jesus nada foi

deixado ao acaso; mas nela tudo se desenrolou em conformidade com um plano divinamente preestabelecido. A fórmula muitas vezes repetida: “Aconteceu assim, para que se cumprissem ...”, acompanhada de uma referência do acontecimento descrito a um texto do Antigo Testamento, tem o intuito de acentuar a unidade e a continuidade do projeto, que tem o seu “cumprimento” em Cristo.

Com a Encarnação, as “promessas” e as “figuras” do Antigo Testamento tornam-se “realidade”: lugares, pessoas, acontecimentos e ritos entrelaçam-se de acordo com ordens divinas bem precisas, transmitidas mediante o ministério dos anjos e recebidas por criaturas particularmente sensíveis à voz de Deus. Maria é a humilde serva do Senhor, preparada desde toda a eternidade para a missão de ser Mãe de Deus; e José é aquele que Deus escolheu para ser o “coordenador do nascimento do Senhor” (27), aquele que tem o encargo de prover ao inserimento “ordenado” do Filho de Deus no mundo, mantendo o respeito pelas disposições divinas e pelas leis humanas. Toda a chamada vida “privada” ou “oculta” de Jesus foi confiada à sua guarda.

### **O Recenseamento**

9. Quando José foi de Nazaré até Belém, para o recenseamento, em observância das disposições da autoridade legítima, ele desempenhou em relação ao menino a tarefa importante e significativa de inserir oficialmente o nome de “Jesus, filho de José de Nazaré” (cf. Jo 1, 45), no registro do império. Essa inscrição manifesta de modo bem claro o fato de Jesus pertencer ao gênero humano, homem entre os homens, cidadão deste mundo, sujeito às leis e instituições civis, mas também “Salvador do mundo”.

Orígenes descreveu bem o significado teológico inerente a este fato histórico, que não é nada marginal: “Dado que o primeiro recenseamento de toda a terra se verificou no tempo de César Augusto, e que entre todos os demais também José se foi registrar, juntamente com Maria sua esposa, que se encontrava grávida; e dado que Jesus veio ao mundo antes de o censo ter sido feito, para quem considerar a coisa com diligente atenção parecerá que se expressa uma espécie de mistério no fato de que, na declaração de toda a terra, devesse ser recenseado também Cristo. Dessa maneira, registrado juntamente com os demais, a todos podia santificar; inscrito com toda a terra no recenseamento, à terra oferecia a comunhão consigo; e, depois desta declaração, recenseava consigo todos os homens da terra no livro dos vivos, para que quantos viessem a acreditar nele, fossem depois inscritos no céu, com os Santos d’Aquele a quem pertencem a glória e o império pelos séculos dos séculos. Amém” (28).

### **O Nascimento em Belém**

10. Como depositário do mistério “escondido desde todos os séculos em Deus” e que começa a realizar-se diante dos seus olhos na “plenitude dos tempos”, José encontra-se juntamente com Maria na noite de Belém, qual testemunha privilegiada da vinda do Filho de Deus ao mundo. São Lucas exprime-se assim: “Enquanto eles ali (em Belém) se encontravam, completaram-se para ela os dias da gestação. E deu à luz o seu filho primogênito, que envolveu em faixas e recostou numa manjedoura, porque não havia lugar para eles na hospedaria” (Lc 2,6-7).

José foi testemunha ocular deste nascimento, que se verificou em condições humanamente humilhantes, primeiro anúncio daquele “despojamento”, no qual Cristo consentiu livremente, para a remissão dos pecados. Na mesma ocasião, José foi testemunha da adoração dos pastores, que acorreram ao lugar onde Jesus nascera, depois de um anjo lhes ter levado esta grande e jubilosa notícia (cf. Lc 2,15-16); mais tarde, foi testemunha também da homenagem dos Magos, vindos do Oriente (cf. Mt 2,11).

## **A Circuncisão**

11. Sendo a circuncisão de um filho o primeiro dever religioso do pai, José, com esta cerimônia (cf. Lc 2,21), exercitou um seu direito e dever em relação a Jesus.

O princípio segundo o qual todos os ritos do Antigo Testamento são como que a sombra da realidade (cf. Hb 9, 9 s.; 10,1), explica o motivo por que Jesus os aceita. Como sucedeu com os outros ritos, também o da circuncisão teve em Jesus o seu “cumprimento”. A Aliança de Deus com Abraão, de que a circuncisão era sinal (cf. Gn 17,13), obteve em Jesus o seu pleno efeito e a sua cabal realização, sendo Jesus o “sim” de todas as antigas promessas (cf. 2Cor 1,20).

## **A imposição do Nome**

12. José deu ao menino, na ocasião em que o levaram a circuncidar, o nome de Jesus. Este nome é o único em que há salvação (cf. At 4,12); e a José tinha sido revelado o seu significado, no momento da sua “anunciação”: E tu “por-lhe-ás o nome de Jesus; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados” (Mt 1,21). Quando lhe deu o nome, José declarou a própria paternidade legal em relação a Jesus; e, pronunciando esse nome, proclamou a missão deste menino, de ser o Salvador.

## **A Apresentação de Jesus no Templo**

13. Esta cerimônia, referida por São Lucas (2,22 ss.), incluía o resgate do primogênito e projeta luz sobre o episódio posterior da permanência de Jesus no templo aos doze anos. O resgate do primogênito é um outro dever do pai, que é cumprido por José. No primogênito estava representado o povo da Aliança, resgatado da escravidão para passar a pertencer a Deus. Também a propósito disto, Jesus, que é o verdadeiro “preço” do resgate (cf. 1Cor 6,20; 7,23; 1Pd 1,19), não somente “cumpre” o rito do Antigo Testamento, mas ao mesmo tempo supera-o, não sendo ele um simples homem sujeito a ser resgatado, mas o próprio autor do resgate.

O Evangelista põe em relevo que “o pai e a mãe de Jesus estavam admirados com as coisas que se diziam dele” (Lc 2,33); e, em particular, com aquilo que Simeão disse, no seu cântico dirigido ao Senhor, indicando Jesus como “a salvação preparada por Deus em favor de todos os povos” e “luz para iluminar as nações e glória de Israel, seu povo”; e, mais adiante, também como “sinal de contradição” (Lc 2,30-34).

## **A Fuga para o Egito**

14. A seguir à apresentação no templo, o evangelista São Lucas anotou: “Depois de terem cumprido tudo segundo a lei do Senhor, voltaram para a Galileia, para a sua cidade de Nazaré. Entretanto, o menino crescia e robustecia-se, cheio de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele” (Lc 2, 39-40).

Mas, segundo o texto de São Mateus, ainda antes deste retorno à Galileia, tem de ser colocado um acontecimento muito importante, para o qual a Providência divina de novo recorre a José. Aí lemos: “Depois de eles (os Magos) partirem, eis que um anjo do Senhor apareceu, em sonho, a José e disse-lhe: ‘Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egito e fica lá até eu te avisar, porque Herodes está a procurar o menino para o matar’” (Mt 2,13). Na ocasião da vinda dos Magos do Oriente, Herodes tinha sabido do nascimento do “rei dos Judeus” (Mt 2,2). E quando os Magos partiram, ele mandou “matar todos os meninos que havia em Belém e em todo o seu território, da

idade de dois anos para baixo” (Mt 2,16). Deste modo, matando todas as crianças, queria matar aquele recém-nascido “rei dos Judeus”, de quem chegara ao conhecimento durante a visita dos Magos à sua corte. Então José, tendo recebido o aviso em sonho, “de noite, tomou o menino e sua mãe e retirou-se para o Egito, onde ficou até à morte de Herodes, para se cumprir o que o Senhor tinha anunciado por meio do profeta: ‘Do Egito chamei o meu Filho’” (Mt 2,14-15; cf. Os 11,1).

Deste modo, o caminho do regresso de Jesus de Belém a Nazaré passou pelo Egito. Assim como Israel tinha tomado o caminho do êxodo “da condição de escravidão” para iniciar a Antiga Aliança, assim José, depositário e cooperador do mistério providencial de Deus, também no exílio vela por Aquele que vai tornar realidade a Nova Aliança.

### **A permanência de Jesus no Templo**

15. Desde o momento da Anunciação, José, juntamente com Maria, encontrou-se, em certo sentido, no íntimo do mistério escondido desde todos os séculos em Deus e que se tinha revestido de carne: “O Verbo fez-se carne e habitou entre nós” (Jo 1,14). Sim, Ele habitou entre os homens e o âmbito da sua morada foi a Sagrada Família de Nazaré, uma das tantas famílias desta pequena cidade de Galileia, uma das tantas famílias da terra de Israel. Aí, Jesus crescia e “robustecia-se”, cheio de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele” (Lc 2,40). Os Evangelhos resumem em poucas palavras o longo período da vida “oculta”, durante o qual Jesus se preparou para a sua missão messiânica. Há um só momento que é subtraído a este “escondimento” e é descrito pelo Evangelho de São Lucas: a Páscoa de Jerusalém, quando Jesus tinha doze anos de idade.

Jesus participou nesta festa, como um jovem peregrino, juntamente com Maria e José. E eis o que aconteceu: “Passados aqueles dias (da festa), ao regressarem, o menino Jesus ficou em Jerusalém, sem que os pais se apercebessem disso” (Lc 2,43). Depois de um dia de viagem deram pela sua falta; e começaram a procurá-lo “entre os parentes e conhecidos ... Depois de três dias, encontraram-no no templo, sentado no meio dos doutores, a ouvi-los e a fazer-lhes perguntas. Todos os que o ouviam ficavam admirados da sua inteligência e das suas respostas” (Lc 2,46-47). Maria pergunta: “Filho, por que procedeste assim conosco? Olha que teu pai e eu andávamos aflitos à tua procura” (Lc 2,48). A resposta de Jesus foi de tal sorte que os dois “não entenderam as palavras que lhes disse”. Tinha-lhes respondido: “Por que me procuráveis? Não sabíeis que eu devo encontrar-me na casa de meu Pai?” (Lc 2,49-50).

Ouviu estas palavras José, em relação ao qual Maria tinha acabado de dizer “teu pai”. Com efeito, era assim que as pessoas diziam e pensavam: Jesus, “como se supunha, era filho de José” (Lc 3,23). Apesar disso, a resposta do próprio Jesus no templo devia reavivar na consciência do “suposto o pai” aquilo que numa noite, doze anos antes, ele tinha ouvido: “José ... não temas receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela foi gerado é obra do Espírito Santo”. Já desde então ele sabia que era depositário do mistério de Deus; e Jesus, com doze anos de idade, evocou exatamente este mistério: “Devo encontrar-me na casa de meu Pai”.

### **O sustento e a educação de Jesus em Nazaré**

16. O crescimento de Jesus “em sabedoria, em estatura e em graça” (Lc 2,52), deu-se no âmbito da Sagrada Família, sob o olhar de São José, que tinha a alta função de o “criar”; ou seja, de alimentar, vestir e instruir Jesus na Lei e num ofício, em conformidade com os deveres estabelecidos para o pai. No Sacrifício eucarístico a Igreja venera “a memória da gloriosa sempre Virgem Maria ... e também a de São José” (29), porque foi quem “sustentou Aquele que os fiéis deviam comer como Pão de vida eterna” (30).

Por sua parte, Jesus “era-lhes submisso” (Lc 2,51), correspondendo com o respeito às atenções dos seus “pais”. Dessa forma quis santificar os deveres da família e do trabalho, que ele próprio executava ao lado de José.

### III. O HOMEM JUSTO - O ESPOSO

17. No decorrer da sua vida, que foi uma peregrinação na fé, José, como Maria, permaneceu fiel até ao fim ao chamamento de Deus. A vida de Maria foi o cumprimento até às últimas consequências daquele primeiro *fiat* (faça-se) pronunciado no momento da Anunciação; ao passo que José - como já foi dito - não proferiu palavra alguma, quando da sua “anunciação”: “fez como o anjo do Senhor lhe ordenara” (Mt 1,24). E este primeiro “fez” tornou-se o princípio da “caminhada de José”. Ao longo desta caminhada, os Evangelhos não registram palavra alguma que ele tenha dito. Mas esse silêncio de José tem uma especial eloquência: graças a tal atitude, pode captar-se perfeitamente a verdade contida no juízo que dele nos dá o Evangelho: o “justo” (Mt 1,19).

É necessário saber ler bem esta verdade, porque nela está contido um dos mais importantes testemunhos acerca do homem e da sua vocação. No decurso das gerações a Igreja lê, de maneira cada vez mais atenta e mais cônica este testemunho, como que tirando do tesouro desta insigne figura “coisas novas e coisas velhas” (Mt 13,52).

18. O homem “justo” de Nazaré possui sobretudo as características bem nítidas do esposo. O Evangelista fala de Maria como de “uma virgem desposada com um homem ... chamado José” (Lc 1,27). Antes de começar a realizar-se “o mistério escondido desde todos os séculos em Deus” (Ef 3,9), os Evangelhos põem diante de nós a imagem do esposo e da esposa. Segundo o costume do povo hebraico, o matrimônio constava de duas fases: primeiro, era celebrado o matrimônio legal (verdadeiro matrimônio); e depois, só passado um certo período, é que o esposo introduzia a esposa na própria casa. Antes de viver junto com Maria, portanto, José já era o seu “esposo”; Maria, porém, conservava no seu íntimo o desejo de fazer o dom total de si mesma exclusivamente a Deus. Poder-se-ia perguntar de que modo este desejo se conciliava com as “núpcias”. A resposta vem-nos somente do desenrolar dos acontecimentos salvíficos, isto é, da ação especial do próprio Deus. Desde o momento da Anunciação, Maria sabe que deve realizar-se o seu desejo virginal, de entregar-se a Deus de modo exclusivo e total, precisamente tornando-se mãe do Filho de Deus. A maternidade por obra do Espírito Santo é a forma de doação que o próprio Deus espera da Virgem, “desposada” com José. E Maria pronuncia o seu *fiat* (faça-se).

O fato de ela ser “desposada” com José está incluído no mesmo desígnio de Deus. Isso é indicado por ambos os Evangelistas citados, mas de maneira particular por São Mateus. São muito significativas as palavras ditas a José: “Não temas receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo” (Mt 1,20). Elas explicam o mistério da esposa de José: Maria é virgem na sua maternidade. Nela “o Filho do Altíssimo” assume um corpo humano e torna-se “o Filho do homem”.

Dirigindo-se a José com as palavras do anjo, Deus dirige-se a ele como sendo esposo da Virgem de Nazaré. Aquilo que nela se realizou por obra do Espírito Santo exprime ao mesmo tempo uma confirmação especial do vínculo esponsal, que já existia antes entre José e Maria. O mensageiro diz claramente a José: “Não temas receber contigo, Maria, tua esposa”. Por conseguinte, aquilo que tinha acontecido anteriormente - os seus esponsais com Maria - tinha acontecido por vontade de Deus e, portanto, devia ser conservado. Na sua maternidade divina, Maria deve continuar a viver como “uma virgem, esposa de um esposo” (cf. Lc 1,27).

19. Nas palavras da “anunciação” noturna, José escuta não apenas a verdade divina acerca da inefável vocação da sua esposa, mas ouve novamente também a verdade acerca da própria vocação. Este homem “justo”, que, segundo o espírito das mais nobres tradições do povo eleito, amava a

Virgem de Nazaré e a ela se encontrava ligado por amor esponsal, é novamente chamado por Deus para este amor.

“José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu consigo a sua esposa”; o que se gerou nela “é obra do Espírito Santo”. Ora, de tais expressões, não se imporá porventura deduzir que também o seu amor de homem tinha sido regenerado pelo Espírito Santo? Não se imporá porventura pensar que o amor de Deus, que foi derramado no coração humano pelo Espírito Santo (cf. Rm 5,5), forma do modo mais perfeito todo o amor humano? Ele forma também - e de maneira absolutamente singular - o amor esponsal dos cônjuges, nele dando profundidade a tudo aquilo que seja humanamente digno e belo e tenha as marcas da exclusiva entrega, da aliança das pessoas e da comunhão autêntica, a exemplo do Mistério trinitário.

“José ... recebeu consigo a sua esposa, a qual, sem que ele a conhecesse, deu à luz um filho” (Mt 1,24-25). Estas palavras indicam ainda outra proximidade esponsal. A profundidade desta proximidade, a intensidade espiritual da união e do contato entre pessoas - do homem e da mulher - provêm em última análise do Espírito que dá a vida (cf. Jo 6,63). José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor, do seu amor esponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele “homem justo” poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano.

20. Na Liturgia, Maria é celebrada como tendo estado “unida a José, homem justo, por um vínculo de amor esponsal e virginal” (31). Trata-se, de fato, de dois amores que, conjuntamente, representam o mistério da Igreja, virgem e esposa, a qual tem no matrimônio de Maria e José o seu símbolo. “A virgindade e o celibato por amor do Reino de Deus não só não se contrapõem à dignidade do matrimônio, mas pressupõem-na e confirmam-na. O matrimônio e a virgindade são os dois modos de exprimir e de viver o único Mistério da Aliança de Deus com o seu povo” (32), que é comunhão de amor entre Deus e os homens.

Mediante o sacrifício total de si próprio, José exprime o seu amor generoso para com a Mãe de Deus, fazendo-lhe “dom esponsal de si”. Muito embora decidido a afastar-se, para não ser obstáculo ao plano de Deus que nela estava a realizar-se, por ordem expressa do anjo ele manteve-a consigo e respeitou a sua condição de pertencer exclusivamente a Deus.

Por outro lado, foi do matrimônio com Maria que advieram para José a sua dignidade singular e os seus direitos em relação a Jesus. “É certo que a dignidade da Mãe de Deus assenta tão alto, que nada pode haver de mais sublime; mas, por isso mesmo que entre a Santíssima Virgem e José foi estreitado o vínculo conjugal, não há dúvida de que ele se aproximou como ninguém dessa altíssima dignidade, em virtude da qual a Mãe de Deus ocupa lugar eminente, a grande distância de todas as criaturas. Uma vez que o casamento é a comunidade e a amizade máxima a que, por sua natureza, anda ligada a comunhão de bens, segue-se que, se Deus quis dar José como esposo à Virgem, deu-lhe não apenas como companheiro na vida, testemunha da sua virgindade e garante da sua honestidade, mas também para que ele participasse, mediante o pacto conjugal, na sua excelsa grandeza” (33).

21. Um tal vínculo de caridade constituiu a vida da Sagrada Família; primeiro, na pobreza de Belém, depois, durante o exílio no Egito e, em seguida, quando ela morava em Nazaré. A Igreja rodeia de profunda veneração esta Família, apresentando-a como modelo para todas as famílias. A Família de Nazaré, diretamente inserida no mistério da Encarnação, constitui ela própria um mistério particular. E ao mesmo tempo - como na Encarnação - é a este mistério que pertence a verdadeira paternidade: a forma humana da família do Filho de Deus, verdadeira família humana, formada pelo mistério divino. Nela, José é o pai: a sua paternidade, porém, não é só “aparente”, ou apenas “substitutiva”; mas está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana, da autenticidade da missão paterna na família. Nisto está contida uma conseqüência da união hipostática: humanidade assumida na unidade da Pessoa divina do Verbo-Filho, Jesus Cristo. Juntamente com a assunção da humanidade, em Cristo foi também “assumido” tudo aquilo que é



humano e, em particular, a família, primeira dimensão da sua existência na terra. Neste contexto foi “assumida” também a paternidade humana de José.

Com base neste princípio, adquirem o seu significado profundo as palavras dirigidas por Maria a Jesus, no templo, quando ele tinha doze anos: “Teu pai e eu ... andávamos à tua procura”. Não se trata de uma frase convencional: as palavras da Mãe de Jesus indicam toda a realidade da Encarnação, que pertence ao mistério da Família de Nazaré. José, que desde o princípio aceitou, mediante “a obediência da fé”, a sua paternidade humana em relação a Jesus, seguindo a luz do Espírito Santo que por meio da fé se doa ao homem, por certo ia descobrindo cada vez mais amplamente o dom inefável desta sua paternidade.

#### **IV. O TRABALHO EXPRESSÃO DO AMOR**

22. A expressão quotidiana deste amor na vida da Família de Nazaré é o trabalho. O texto evangélico especifica o tipo de trabalho, mediante o qual José procurava garantir a sustentação da Família: o trabalho de carpinteiro. Esta simples palavra envolve toda a extensão da vida de José. Para Jesus este período abrange os anos da vida oculta, de que fala o Evangelista, a seguir ao episódio que sucedeu no templo:

“Depois, desceu com eles para Nazaré e era-lhes submisso” (Lc 2,51). Esta “submissão”, ou seja, a obediência de Jesus na casa de Nazaré é entendida também como participação no trabalho de José. Aquele que era designado como o “filho do carpinteiro”, tinha aprendido o ofício de seu “pai” putativo.

Se a Família de Nazaré, na ordem da salvação e da santidade, é exemplo e modelo para as famílias humanas, é-o analogamente também o trabalho de Jesus ao lado de José carpinteiro. Na nossa época, a Igreja pôs em realce isto mesmo, também com a memória litúrgica de São José Operário, fixada no primeiro de maio. O trabalho humano, em particular o trabalho manual, tem no Evangelho uma acentuação especial. Juntamente com a humanidade do Filho de Deus ele foi acolhido no mistério da Encarnação, como também foi redimido de maneira particular. Graças ao seu banco de trabalho, junto do qual exercitava o próprio ofício juntamente com Jesus, José aproximou o trabalho humano do mistério da Redenção.

23. No crescimento humano de Jesus “em sabedoria, em estatura e em graça” teve uma parte notável a virtude da laboriosidade, dado que “o trabalho é um bem do homem”, que “transforma a natureza” e torna o homem, “em certo sentido, mais homem” (34).

A importância do trabalho na vida do homem exige que se conheçam e assimilem todos os seus conteúdos, “para ajudar os demais homens a aproximarem-se através dele de Deus, Criador e Redentor, e a participarem nos seus desígnios salvíficos quanto ao homem e quanto ao mundo; e ainda, a aprofundarem na sua vida e amizade com Cristo, tendo, mediante a fé vivida, uma participação no seu tríplice múnus: de Sacerdote, de Profeta e de Rei” (35).

24. Trata-se, em última análise, da santificação da vida quotidiana, no que cada pessoa deve empenhar-se, segundo o próprio estado, e que pode ser proposta apontando para um modelo acessível a todos: “São José é o modelo dos humildes, que o Cristianismo enaltece para grandes destinos; ... é a prova de que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo não se necessitam ‘grandes coisas’, mas requerem-se somente virtudes comuns, humanas, simples e autênticas” (36).

#### **V. O PRIMADO DA VIDA INTERIOR**

25. Também quanto ao trabalho de carpinteiro na casa de Nazaré se estende o mesmo clima de silêncio, que acompanha tudo aquilo que se refere à figura de José. Trata-se, contudo, de um silêncio

que desvenda de maneira especial o perfil interior desta figura. Os Evangelhos falam exclusivamente daquilo que José “fez”; no entanto, permitem-nos auscultar nas suas “ações”, envolvidas pelo silêncio, um clima de profunda contemplação. José estava quotidianamente em contato com o mistério “escondido desde todos os séculos”, que “estabeleceu a sua morada” sob o teto da sua casa. Isto explica, por exemplo, a razão por que Santa Teresa de Jesus, a grande reformadora do Carmelo contemplativo, se tornou promotora da renovação do culto de São José na cristandade ocidental.

26. O sacrifício total, que José fez da sua existência inteira, às exigências da vinda do Messias à sua própria casa, encontra a motivação adequada na “sua insondável vida interior, da qual lhe provêm ordens e consolações singularíssimas; dela lhe decorrem também a lógica e a força, própria das almas simples e límpidas, das grandes decisões, como foi a de colocar imediatamente à disposição dos desígnios divinos a própria liberdade, a sua legítima vocação humana e a felicidade conjugal, aceitando a condição, a responsabilidade e o peso da família e renunciando, por um incomparável amor virgíneo, ao natural amor conjugal que constitui e alimenta a mesma família” (37).

Esta submissão a Deus, que é prontidão de vontade para se dedicar às coisas que dizem respeito ao seu serviço, não é mais do que o exercício da devoção, que constitui uma das expressões da virtude da religião (38).

27. A comunhão de vida entre José e Jesus leva-nos a considerar ainda o mistério da Encarnação precisamente sob o aspecto da humanidade de Cristo, instrumento eficaz da divindade para a santificação dos homens: “Por força da divindade, as ações humanas de Cristo foram salutares para nós, produzindo em nós a graça, quer em razão do mérito, quer por uma certa eficácia” (39).

Entre estas ações os Evangelistas privilegiam aquelas que dizem respeito ao mistério pascal; mas não deixam de frisar bem a importância do contato físico com Jesus em ordem às curas de enfermidades (cf. por exemplo, Mc 1,41) e a influência por ele exercida sobre João Batista, quando ambos estavam ainda no seio materno (cf. Lc 1,41-44).

O testemunho apostólico não deixou de lado - como já se viu - a narração do nascimento de Jesus, da circuncisão, da apresentação no templo, da fuga para o Egito e da vida oculta em Nazaré, por motivo do “mistério” de graça contido em tais “gestos”, todos eles salvíficos, porque todos participavam da mesma fonte de amor: a divindade de Cristo. Se este amor se irradiava, através da sua humanidade, sobre todos os homens, certamente eram por ele beneficiados, em primeiro lugar, aqueles que a vontade divina tinha posto na sua maior intimidade: Maria, sua Mãe, e José, seu pai putativo (40).

Uma vez que o amor “paterno” de José não podia deixar de influir sobre o amor “filial” de Jesus e, vice-versa, o amor “filial” de Jesus não podia deixar de influir sobre o amor “paterno” de José, como chegar a conhecer as profundezas desta singularíssima relação? Justamente, pois, as almas mais sensíveis aos impulsos do amor divino veem em José um exemplo luminoso de vida interior.

Mais ainda, a aparente tensão entre a vida ativa e a vida contemplativa tem em José uma superação ideal, possível para quem possui a perfeição da caridade. Atendo-nos à conhecida distinção entre o amor da verdade (*caritas veritatis*) e as exigências do amor (*necessitas caritatis*), podemos dizer que José fez a experiência quer do amor da verdade, ou seja, do puro amor de contemplação da Verdade divina que irradiava da humanidade de Cristo, quer das exigências do amor, ou seja, do amor igualmente puro do serviço, requerido pela proteção e pelo desenvolvimento dessa mesma humanidade (41).

## VI. PATRONO DA IGREJA DO NOSSO TEMPO

28. Em tempos difíceis para a Igreja, Pio IX, desejando confiá-la à especial proteção do Santo Patriarca José, declarou-o “Patrono da Igreja católica” (42). Esse Sumo Pontífice sabia que não estava realizando um gesto descabido, porque, em virtude da excelsa dignidade concedida por Deus a este seu servo fidelíssimo, “a Igreja, depois da Virgem Santíssima, esposa dele, teve sempre em grande honra e cumulou de louvores o Bem-aventurado José e, no meio das angústias, de preferência foi a ele que recorreu” (43).

Quais são os motivos de tão grande confiança? O Papa Leão XIII expõe-nos assim: “As razões pelas quais o Bem-aventurado José deve ser considerado especial Patrono da Igreja, e a Igreja, por sua vez, deve esperar muitíssimo da sua proteção e do seu patrocínio, provêm principalmente do fato de ele ser esposo de Maria e pai putativo de Jesus (...). José foi a seu tempo legítimo e natural guarda, chefe e defensor da divina Família (...). É algo conveniente e sumamente digno para o Bem-aventurado José, portanto, que, de modo análogo àquele com que outrora costumava socorrer santamente, em todo e qualquer acontecimento, a Família de Nazaré, também agora cubra e defenda com o seu celeste patrocínio a Igreja de Cristo” (44).

29. Este patrocínio deve ser invocado e continua sempre a ser necessário à Igreja, não apenas para a defender dos perigos, que continuamente se levantam, mas também e sobretudo para a confortar no seu renovado empenho de evangelização do mundo e de levar por diante a nova evangelização dos países e nações “onde - como eu escrevia na Exortação Apostólica *Christifideles laici* - a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas”, mas “se encontram hoje submetidas a dura provação” (45). Para levar o primeiro anúncio de Cristo ou para voltar a apresentá-lo onde ele foi deixado de lado ou esquecido, a Igreja precisa de uma particular “força do Alto” (cf. Lc 24, 49), que é dom do Espírito do Senhor, certamente, mas não anda separada da intercessão e do exemplo dos seus Santos.

30. Além da confiança na proteção segura de José, a Igreja tem confiança no seu exemplo insigne, um exemplo que transcende cada um dos estados de vida e se propõe a toda a comunidade cristã, sejam quais forem a condição e as tarefas de cada um dos fiéis.

Como se diz na constituição do Concílio Vaticano II sobre a Divina Revelação, a atitude fundamental de toda a Igreja deve ser de “religiosa escuta da palavra de Deus” (46); ou seja, de absoluta disponibilidade para se pôr fielmente ao serviço da vontade salvífica de Deus, revelada em Jesus. Logo no princípio da Redenção humana, nós encontramos o modelo da obediência encarnado, depois de Maria, precisamente em José, aquele que, se distingue pela execução fiel das ordens de Deus.

O Papa Paulo VI exortava a invocar o seu patrocínio, “como a Igreja, nestes últimos tempos, tem o costume de fazer, para si mesma, antes de mais nada, para uma espontânea reflexão teológica sobre o conúbio da ação divina com a ação humana na grande economia da Redenção, no qual, a primeira, a ação divina, é só por si totalmente suficiente, mas a segunda, a ação humana, a nossa, embora não seja capaz de fazer coisa alguma sozinha (cf. Jo15, 5), nunca está dispensada de uma humilde, mas condicional e nobilitante colaboração. Além disso, a Igreja invoca-o como protetor, por um desejo profundo e atualíssimo de rejuvenescer a sua existência secular, com autênticas virtudes evangélicas, como as que refulgem em São José” (47).

31. A Igreja transforma estas exigências em oração. Recordando que Deus confiou os inícios da nossa Redenção à guarda desvelada de São José, suplica-lhe: que lhe conceda colaborar fielmente na obra da salvação; e que lhe dê a mesma fidelidade e pureza de coração que animaram José no serviço do Verbo Encarnado; e, ainda, a graça de caminhar diante do mesmo Deus pelas vias da santidade e da justiça, amparados pelo exemplo e pela intercessão de São José (48).

Há cem anos, exatamente, o Papa Leão XIII exortava o mundo católico a rezar para obter a proteção de São José, Patrono de toda a Igreja. A Carta Encíclica “*Quamquam pluries*” fazia apelo para aquele “amor paterno” que José “dedicava ao Menino Jesus” e recomendava-lhe, a ele, “guarda providente da divina Família, a preciosa herança que Jesus Cristo adquiriu com o próprio sangue”. Desde então, a Igreja - como foi recordado mais acima - implora a proteção de São José, “em virtude daquele vínculo de caridade que o uniu à imaculada Virgem Mãe de Deus”, e recomenda-lhe todas as suas solitudes, também no que se refere às ameaças que incumbem sobre a família humana.

Nos dias de hoje, temos ainda numerosos motivos para rezar da mesma maneira: “Afastai de nós, ó pai amantíssimo, esta peste de erros e de vícios..., assisti-nos propício, do céu, nesta luta contra o poder das trevas ...; e assim também como outrora livrastes da morte a vida ameaçada do Menino Jesus, assim hoje defendei a santa Igreja de Deus das ciladas do inimigo e de todas as adversidades” (49). Hoje ainda temos motivos que perduram para recomendar todos e cada um dos homens a São José.

32. Desejo vivamente que esta evocação da figura de São José renove também em nós o ritmo da oração que, há um século, o meu Predecessor estabeleceu que lhe fosse elevada. É fora de dúvida, efetivamente, que esta oração e a própria figura de São José se revestem de atualidade renovada para a Igreja do nosso tempo, em relação com o novo Milênio cristão.

O Concílio Vaticano II procurou sensibilizar-nos novamente a todos para “as grandes coisas de Deus” e para aquela “economia da salvação” de que São José foi particularmente ministro. Recomendando-nos, pois, à proteção daquele a quem o próprio Deus “confiou a guarda dos seus maiores e mais preciosos tesouros” (50), aprendamos com ele, ao mesmo tempo, a servir a “economia da salvação”. Que São José se torne para todos um mestre singular no serviço da missão salvífica de Cristo, que, na Igreja, compete a cada um e a todos: aos esposos e aos pais, àqueles que vivem do trabalho das próprias mãos e de todo e qualquer outro trabalho, às pessoas chamadas para a vida contemplativa e às que são chamadas ao apostolado.

O homem justo, que trazia em si o patrimônio da Antiga Aliança, foi também introduzido no “princípio” da nova e eterna Aliança em Jesus Cristo. Que ele nos indique os caminhos desta Aliança salvífica no limiar do próximo Milênio, durante o qual deve perdurar e desenvolver-se ulteriormente a “plenitude dos tempos” própria do mistério inefável da Encarnação do Verbo.

Que São José obtenha para a Igreja e para o mundo, assim como para cada um de nós, a bênção do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Dado em Roma, junto de São Pedro, a 15 de Agosto de 1989, solenidade da Assunção de Nossa Senhora, décimo primeiro ano de Nosso Pontificado.

**João Paulo II**

NOTAS:

1) Cf. S. IRINEU, *Adversus Haereses* IV, 23, 1: S.Ch. 100/72, pp. 692-694.

2) LEÃO XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15/08/1889).

3) SACROR. RITUUM CONGREG., Decr. *Quemadmodum Deus* (08/12/1870); PIO IX, Carta Apost. *Inclytum Patriarcham* (07/07/1871).

4) Cf. S. JOÃO CRISÓSTOMO, *In Math. Hom.*, V, 3.

5) Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 58.

6) Cf. *ibid.* n. 63.

7) Const. dogm. *Dei Verbum*, n. 5.

8) *Ibid.* n. 2.

<http://alexandriacatolica.blogspot.com>

<http://almasdevotas.blogspot.com>

- 9) Cf. Const. dogm. Lumen gentium, n. 63.
- 10) Const. dogm. Dei Verbum, n. 2.
- 11) S. CONGR. DOS RITOS, Decr. Novis hisce temporibus (13/11/1962).
- 12) S. AGOSTINHO, Sermo 51, 10, 16.
- 13) S. AGOSTINHO, De nuptiis et concupiscentia, I, 11, 12; cf. De consensu evangelistarum, II, 1, 2; Contra Faustum, III, 2.
- 14) S. AGOSTINHO, De nuptiis et concupiscentia, I, 11, 13; Cf. Contra Julianum, V, 12, 46.
- 15) Cf. S. AGOSTINHO, Contra Faustum, XXIII, 8; De consensu evangelistarum, II, 1, 3; Sermo 51, 13, 21; S. TOMÁS DE AQUINO, Summa Theol., III, q. 29, a. 2 in conclus.
- 16) Cf. as Alocuções de 9 e 16 de janeiro e de 20 de fevereiro de 1980.
- 17) PAULO VI, Alocução ao mov. “Equipes de Nossa Senhora” (04/05/1970).
- 18) Exort. Apost. Familiaris consortio (22/11/1981), n. 17.
- 19) Ibid. n. 49.
- 20) Ibid. n. 85.
- 21) Cf. S. JOÃO CRISTÓSTOMO, In Matth. Hom., V, 3.
- 22) PAULO VI, Alocução (19/02/1966).
- 23) Cf. Missal Romano, Coleta da Solenidade de São José.
- 24) Cf. Missa Romano, Prefácio da Solenidade de São José.
- 25) Carta Enc. Quamquam pluries (15/08/1889).
- 26) PIO XII, Radiomensagem aos estudantes das escolas católicas dos EUA (19/02/1958).
- 27) ORÍGENES, Hom. XIII, in Lucam, 6; S. Ch. 87.
- 28) ORÍGENES, Hom. XIII, in Lucam, 6; S. Ch. 87.
- 29) Cf. Missal Romano, Oração Eucarística I.
- 30) SACR. RITUUM CONGREG. Decr. Quemadmodum Deus (08/12/1870).
- 31) Collectio Missarum de B. Maria Virgine, I. “Sancta Maria de Nazareth, Praefatio.
- 32) Exort. Apost. Familiaris consortio (22/11/1981), n. 16.
- 33) LEÃO XIII, Carta Enc. Quamquam pluries (15/08/1889).
- 34) Cf. Carta Enc. Laborem exercens (14/09/1981), n. 9.
- 35) Ibid. n. 24.
- 36) PAULO VI, Alocução (19/03/1969).
- 37) PAULO VI, Alocução (19/03/1969).
- 38) Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, Summa Theol. II-IIae, q. 82, a. 3, ad 2.
- 39) Ibid., III, q. 8, a. 1, ad 1.
- 40) PIO XII, Carta Enc. Haurietis aquas (15/05/1956).
- 41) Cf. S. TOMÁS DE AQUINO, Summa Theol. II-IIae, q. 182, a. 1, ad 3.
- 42) Cf. SACR. RITUUM CONGR., Decr. Quemadmodum Deus (08/12/1870).
- 43) Cf. SACR. RITUUM CONGR., Decr. Quemadmodum Deus (08/12/1870).
- 44) LEÃO XIII, Carta Enc. Quamquam pluries (15/08/1889).
- 45) Cf. Ex. Apost. Christifideles laici (30/12/1988), n. 34.
- 46) Const. dogm. Dei Verbum, n. 1.
- 47) PAULO VI, Alocução (19/03/1969).
- 48) Cf. Missal Romano, Solenidade de São José.
- 49) Cf. LEÃO XIII, “Oratio ad Sanctum Josephum”, contida após a Carta Enc. Quamquam pluries.
- 50) SACR. RITUUM CONGREG., Decr. Quemadmodum Deus (08/12/1870).

